

município
tavira

RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	5
2.	RELATÓRIO FINANCEIRO.....	9
2.1.	ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	9
2.1.1.	Principais destaques.....	9
2.1.2.	Equilíbrio orçamental.....	11
2.1.3.	Análise da receita.....	12
2.1.3.1.	Alterações e revisões orçamentais da receita.....	12
2.1.3.2.	Execução orçamental da receita.....	12
2.1.3.3.	Evolução da receita.....	13
2.1.3.4.	Transferências e subsídios obtidos.....	18
2.1.4.	Análise da despesa.....	21
2.1.4.1.	Alterações e revisões orçamentais da despesa.....	21
2.1.4.2.	Execução orçamental da despesa.....	22
2.1.4.3.	Evolução da despesa.....	23
2.1.4.4.	Transferências e subsídios concedidos.....	28
2.1.5.	Movimentos de tesouraria.....	29
2.2.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	32
2.2.1.	Análise ao balanço.....	32
2.2.2.	Análise à demonstração de resultados.....	34
2.2.3.	Dívida.....	35
2.2.3.1.	Dívida global.....	35
2.2.3.2.	Prazo médio de pagamento a fornecedores.....	37
2.2.3.3.	Serviço da dívida.....	38
2.2.3.4.	Dívida total.....	38
2.2.4.	Contabilidade de custos.....	41
3.	CONCLUSÃO.....	43
4.	ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	44
5.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	53

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da estrutura financeira.....	10
Gráfico 2 – Evolução das receitas cobradas	14
Gráfico 3 – Distribuição das principais receitas	14
Gráfico 4 – Distribuição da receita corrente	16
Gráfico 5 – Evolução dos principais impostos diretos.....	17
Gráfico 6 – Distribuição da receita de capital	18
Gráfico 7 – Distribuição das transferências recebidas	19
Gráfico 8 – Distribuição da receita corrente participada	20
Gráfico 9 – Evolução da despesa realizada	24
Gráfico 10 – Distribuição da despesa corrente realizada.....	25
Gráfico 11 – Distribuição da despesa de capital realizada	28
Gráfico 12 – Distribuição das transferências e subsídios concedidos.....	29
Gráfico 13 – Evolução dos recebimentos e pagamentos orçamentais	30
Gráfico 14 – Evolução da dívida	37
Gráfico 15 – Evolução do prazo médio de pagamento a fornecedores	37

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores.....	9
Quadro 2 – Poupança corrente do exercício.....	11
Quadro 3 – Aferição de equilíbrio orçamental.....	11
Quadro 4 – Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por classificação económica	12
Quadro 5 – Evolução da receita global.....	13
Quadro 6 – Evolução da receita corrente por classificação económica.....	15
Quadro 7 – Evolução da receita de capital e outras receitas por classificação económica	17
Quadro 8 – Receita proveniente de transferências	19
Quadro 9 – Fundos comunitários e nacionais correntes	20
Quadro 10 – Fundos comunitários e nacionais de capital	21
Quadro 11 – Modificações orçamentais segundo natureza económica.....	21
Quadro 12 – Diferentes fases da despesa por classificação económica.....	22
Quadro 13 – Evolução da despesa global realizada	23
Quadro 14 – Evolução da despesa corrente realizada por classificação económica	25
Quadro 15 – Evolução da despesa com pessoal	26
Quadro 16 – Evolução da despesa de capital realizada por económica	27
Quadro 17 – Despesas realizadas com transferências e subsídios	28
Quadro 18 – Resumo da conta de gerência.....	30
Quadro 19 – Garantias e cauções	31
Quadro 20 – Balanço sintético	32
Quadro 21 – Indicadores ao Balanço	33
Quadro 22 – Demonstração de resultados por natureza.....	34
Quadro 23 – Evolução da dívida.....	35
Quadro 24 – Empréstimos de médio e longo prazo.....	36
Quadro 25 – Evolução do serviço da dívida	38
Quadro 26 – Limite da dívida total.....	39
Quadro 27 – Apuramento da dívida total	39
Quadro 28 – Evolução dos custos por função.....	41

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2016 termina com um contexto económico marcado pela o aumento do rendimento disponível das famílias, pela diminuição da taxa de desemprego e pela manutenção em níveis elevados do índice de confiança dos consumidores o que se reflete no aumento do consumo privado.

Por outro lado, o Conselho de Finanças Públicas afirma no seu relatório que a previsão do Governo para um défice público de 2,4% do PIB em 2016 "pode ser alcançada". Assim espera-se que 2017 possa ser um ano em que Portugal consolida a retoma da sua economia e o equilíbrio da suas contas públicas, afastando-se assim da crise económica dos anos 2011-2013.

No caso concreto do Município de Tavira, 2016 traduziu-se uma vez mais num apertado exercício de gestão que permitiu cumprir o "*princípio do equilíbrio*" orçamental, bem como, e uma vez mais, reduzir a sua dívida global.

Assim não será de mais relembrar que as medidas de gestão adotadas após o executivo tomar posse no final de 2009, permitiram reverter o elevado montante da dívida global existente passando de cerca de 29 milhões de euros, para cerca de 11,3 milhões euros, ou seja uma redução de mais de 60%, em simultâneo também foi possível reduzir a despesa total em cerca de 27%, passando-se de um montante superior a 33 milhões para cerca de 24 milhões.

No mesmo sentido foi possível passar de um prazo médio de pagamento a fornecedores de 209 dias em 2009 para 13 dias em 2016.

Apesar das dificuldades sentidas, o executivo nunca deixou de desenvolver projetos em prol do desenvolvimento do concelho e do bem-estar da sua população, nomeadamente em termos de ação social, educação, cultura, desporto e acessibilidades.

Nos últimos 3 anos, por força da retoma económica tem-se assistido a um ligeiro aumento das receitas municipais o que associado a um controle da despesa permitiu levar a cabo um conjunto de intervenções necessárias, das quais destacamos:

Concluídas:

- Obras de conservação em edifícios de habitação social - Santa Catarina, pelo preço contratual de €40.600;
- Ampliação das instalações de apoio ao recinto da feira, pelo preço contratual de €44.950;

- Integração de guardas de proteção nas muralhas do castelo de Tavira, pelo preço contratual de €21.565;
- Reabilitação da Rua João Vaz Corte Real, pelo preço contratual de €149.979;
- Requalificação da Frente Ribeirinha junto à Rua José Pires Padinha, pelo preço contratual de €153.493;
- Substituição de luminárias na zona urbana de Tavira, pelo preço contratual de € 86.122;
- Beneficiação da EM514-2 entre Santo Estevão e o viaduto da A22, pelo preço contratual de €73.674;
- Pavimentação da estrada Tavira- Sr^a. da Saúde, pelo preço contratual de €122.980;
- Requalificação da Rua Dr. José Pires Padinha, pelo preço contratual de €417.580;
- Beneficiação de algumas artérias da parte urbana do concelho, pelo preço contratual de €213.343;
- Conclusão da beneficiação da EM 397 Tavira e estabilização de talude, pelo preço contratual de €289.366;
- Reabilitação do Largo Eira da Cruz – Cachopo, pelo preço contratual de €73.246;
- Substituição do pavimento na PN Porta Nova, pelo preço contratual de € €97.708;
- Reparação da EM 1231 entre Fuseta-Cintados, pelo preço contratual de € 485.651;
- Reparação da EM 1123 entre Beliche de Baixo e Portela da Corcha, pelo preço contratual de €218.879.

Em curso:

- Obras de conservação e restauro da Ermida de São Roque, pelo preço base de €49.676;
- Placas toponímicas em Tavira e freguesias - 6.^a fase, pelo preço base de €20.000;
- Conservação e beneficiação da rede viária do concelho de Tavira, União de Freguesias de Conceição-Cabanas e Freguesia de Santa Luzia, pelo preço base de €280.500;
- Beneficiação da EM 513-1 e CM 1217, freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, pelo preço contratual de €623.446;
- Obras de conservação em edifícios escolares, pelo preço contratual de €117.410;
- Obras de conservação e beneficiação da rede viária do Concelho - Tavira, pelo preço contratual de €244.196;
- Pintura exterior do Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho, pelo preço contratual de €145.986;
- Obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho de Tavira, união de freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão e Santa Catarina da Fonte do Bispo, pelo preço contratual de €348.048;
- Demolição da cobertura do Edifício do Compromisso Marítimo, pelo preço contratual de €32.017;

- Central Térmica de Produção de AQS e remodelação da rede de abastecimento de águas do Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho, pelo preço contratual de €238.015;
- Obras de conservação em edifícios de habitação social - Av. Dr. Eduardo Mansinho n.º 1, R. Dr. Morais Simão n.º 1, R. de Santo António n.ºs 4, 6, 8, 10, 12 e 16, Travessa de Santo António n.ºs 1, 2, 3, 4 e 6 e Travessa Comunidade Lusíada n.ºs 2 e 4, pelo preço contratual de €244.000;
- Beneficiação da EM 514-2 (Viaduto da A22/Quatro Estradas), pelo preço contratual de €156.873,51;
- Beneficiação da E.M. 397 e estabilização de talude, pelo preço contratual de €289.366;
- Pavimentações na freguesia de Cachopo, pelo preço contratual de €366.721;
- Alargamento da rede pedonal e ciclável em Conceição - Cabanas, pelo preço contratual de €159.688;
- Empreitada de reabilitação e recuperação do edifício da antiga Segurança Social - Futuras instalações municipais, pelo preço contratual de €195.500.

Em procedimento:

- Obras de conservação na E.M. 504, entre Cachopo e a Mealha, pelo preço base de €481.465;
- Construção de um conjunto de jazigos municipais (156) em gavetões de decomposição aeróbia no cemitério de Tavira, pelo preço base de €90.749;
- Obras de conservação do polidesportivo de Vale Caranguejo, pelo preço base de €46.000;
- Intervenção no cemitério de Tavira, pelo preço base de €71.052;
- Intervenção no Mercado Municipal, pelo preço base de €29.996;
- Obras de conservação em habitação social - Intervenção no interior de habitações na Atalaia, Horta do Carmo e Santa Catarina da Fonte do Bispo, pelo preço base de €220.885.

No que toca a intervenções urbanísticas, realce ainda para a conclusão das obras de requalificação das Quatro Águas, que não sendo uma obra realizada pelo Município de Tavira apenas foi possível porque em 2014 foi realizado a totalidade do capital social da Sociedade Polis.

Durante o ano 2016, assiste-se uma vez mais à melhoria dos indicadores económico-financeiros do município, que o permitiu não só a manter o nível da atividade municipal dos últimos 3 exercícios, como inclusivamente melhorar:

- os apoios às famílias, através não só da oferta do material escolar como dos livros aos alunos do 1º ciclo, da diminuição do IMI e da adoção do IMI familiar, bem como da atribuição de apoios sociais por for do protocolo realizado com a Fabrica da Igreja de Tavira;

- os apoios às associações sociais, culturais e recreativas;
- a programação cultural com os novos programas “Viva a Primavera” (municipal) e “365 Algarve” (regional), como meios de fomentar a atratividade do Algarve nas épocas mais baixas em termos de turismo, bem como reforçar a atratividade dos eventos habituais “Dia da Cidade”, “Verão em Tavira”, “Feira da Dieta Mediterrânica”, “Feira da Juventude” e “Passagem do Ano”, através da contratação de artistas de relevo no panorama musical português;
- a promoção do concelho juntos de entidades internas e externas de modo a potenciar o seu desenvolvimento económico;
- o investimento na beneficiação e requalificação do património municipal.

O relatório que se segue trata-se de um documento técnico que pretende demonstrar de uma forma clara e detalhada qual a posição das receitas e das despesas municipais, bem como uma análise da situação económico – financeira do município.

Do presente, destaca-se a elevada execução da receita que atinge os 103,56%, ultrapassando o valor previsto em orçamento o qual se deve ao incremento do IMT.

Por outro lado, a despesa também teve um ligeiro aumento sobretudo motivado pelo crescimento das despesas de capital em 17,38%, pois o crescimento da despesa corrente foi residual.

No ano 2017, perspetiva-se a continuação do trabalho que tem sido levado a cabo, tanto ao nível de melhoria das infraestruturas, espaços públicos e equipamentos municipais, com o lançamento no primeiro trimestre de 2017 do concurso público para duas obras de relevo para o concelho, nomeadamente a reabilitação do Cineteatro António Pinheiro e para a construção de uma nova ponte sobre o Rio Gilão para substituir a antiga ponte militar.

2. RELATÓRIO FINANCEIRO

2.1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1.1. Principais destaques

Os rácios orçamentais visam efetuar comparações entre as principais componentes contabilísticas, sendo de grande relevância analisar a sua evolução, que neste caso, tem um horizonte temporal de 5 anos.

Quadro 1 - Indicadores

Indicador	2012	2013	2014	2015	2016
Receita					
Crescimento da receita total	8,10%	2,40%	-5,56%	7,55%	4,17%
Receitas correntes / Receitas totais	85,06%	85,65%	92,53%	95,25%	96,39%
Crescimento das receitas correntes	9,39%	3,11%	2,03%	10,72%	5,42%
Receitas fiscais / Receitas correntes	56,10%	53,45%	55,60%	54,84%	58,97%
Receitas correntes cobradas / Receitas correntes orçadas	78,53%	101,21%	97,92%	105,68%	107,79%
Grau de independência financeira	60,77%	58,30%	63,80%	66,32%	71,83%
Despesa					
Crescimento da despesa total	-14,82%	2,65%	-5,24%	2,59%	4,70%
Despesas correntes / Despesas totais	76,25%	74,40%	74,56%	76,91%	74,12%
Crescimento da despesa correntes	-10,96%	0,16%	-5,03%	5,82%	0,90%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	45,66%	50,31%	51,48%	48,74%	44,52%
Despesas correntes realizadas / Despesas correntes orçadas	72,63%	81,96%	77,13%	78,41%	78,19%
Equilíbrio orçamental e dívida					
Saldo corrente / Receitas correntes	17,39%	19,76%	25,31%	28,61%	31,67%
Despesa pessoal / Receitas correntes	37,72%	40,37%	38,45%	34,80%	30,42%
Serviço da dívida / Receitas correntes	11,03%	11,54%	12,12%	14,91%	9,82%

No quadro 1, são apresentados vários indicadores de receita, despesa e equilíbrio orçamental e dívida, de forma comparada para os 5 anos compreendidos entre 2012 e 2016, do Município de Tavira.

No âmbito da receita, verifica-se que a receita total¹ após a quebra registada no ano 2014, tem vindo a recuperar, apresentando um crescimento de 4.17% em 2016, nas quais as receitas correntes são as principais motivadoras com um crescimento de 5,42%. As receitas municipais são quase na sua totalidade de natureza corrente, pois representam mais de 90% das receitas totais, nos últimos anos, e atingem os 96,39% no ano de 2016. As receitas fiscais² são as receitas correntes mais importantes, chegando aos 58,97% em 2016, o que demonstra a sua relevância nas receitas totais do Município. Quanto ao grau de

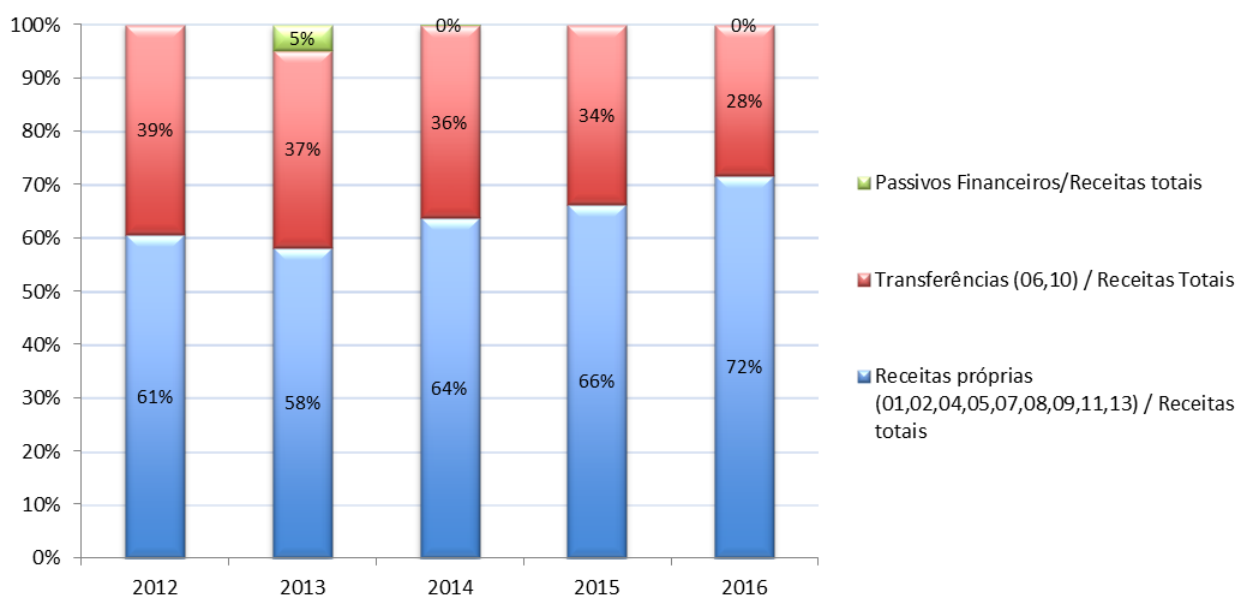
¹ A receita total consiste no somatório da receita corrente e a de capital, não incluindo o saldo de gerência nem as reposições não abatidas nos pagamentos (classificações económicas 15 e 16).

² As receitas fiscais resultam do somatório dos impostos diretos, indiretos e taxas e multas, com as classificações económicas 01, 02 e 04, respetivamente.

independência financeira, tem vindo a aumentar por força do crescimento das receitas próprias³, atingindo os 71.83% em 2016, demonstrando que o Município de Tavira reduziu a sua dependência das transferências e dos passivos financeiros. Considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias são superiores a pelo menos 50% das receitas totais.

Em relação aos indicadores da despesa⁴, registou-se um ligeiro aumento de 4,70% da despesa total neste ano. As despesas correntes continuam a ser as principais despesas do Município, rondando cerca de dois terços, nestes 5 anos. A despesa corrente não registou praticamente nenhum crescimento, o que significa que as despesas de capital foram as responsáveis pelo crescimento da despesa total referido anteriormente, demonstrando assim, a preocupação do executivo em realizar investimento. As despesas com pessoal continuam a ser a grande fatia das despesas correntes da autarquia, tendo diminuído para os 44,52% no corrente ano. As despesas correntes realizadas representam 78,19% das orçamentadas em 2016, o que revela que este tipo de despesas é na sua maioria de rápida/imediata execução.

Gráfico 1 - Evolução da estrutura financeira



No que concerne aos indicadores de equilíbrio orçamental e dívida, verificou-se uma melhoria do saldo correntes face às receitas correntes realizadas, o que permite a afetação de receitas correntes na realização de investimento, e que demonstra a existência de equilíbrio orçamental. O serviço da dívida⁶ representou apenas 9,82% das receitas correntes em 2016, em virtude da diminuição do endividamento de médio e

³ As receitas próprias são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros, ou seja, são os montantes de receita cobrados nas classificações económicas: 01, 02, 04, 05, 07, 08, 09, 11, 13.

⁴ Todos os indicadores da despesa são apurados com base nos valores faturados/realizados em cada orçamento anual, com exceção do denominador "Despesas correntes orçadas" que representa a dotação corrente do orçamento.

⁵ O saldo corrente resulta das receitas correntes cobradas menos as despesas correntes realizadas/faturadas.

⁶ O serviço da dívida consiste no somatório da despesa paga de juros e amortizações, classificações económicas 03 e 10, respetivamente.

longo prazo com a consequente redução do montante despendido em amortização e juros de empréstimos.

No gráfico 1, é apresentada a evolução da estrutura financeira do Município de Tavira, nos últimos 5 anos, onde se destaca o aumento gradual das receitas próprias de 2013 a 2016, permitindo assim atingir um grau de autonomia em 2016 de 72%, com a consequente diminuição do peso das transferências. Apenas no ano 2013 é que houve receita de passivos financeiros, fruto essencialmente da contração do empréstimo do PAEL.

2.1.2. Equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Quadro 2 – Poupança corrente do exercício

Designação	2016	2015	Variação 2015-2016	
			%	€
1. Receita corrente cobrada	26.515.828	25.153.030	5,42%	1.362.798
2. Despesa corrente realizada	18.117.034	17.955.686	0,90%	161.348
3. Poupança corrente (1-2)	8.398.794	7.197.344	16,69%	1.201.451

O orçamento inicial do Município de Tavira previu uma poupança corrente bruta de cerca de €5,8 milhões de euros. Conforme se pode verificar no quadro 2, a poupança corrente foi cerca de 8,4 milhões de euros, apresentando um crescimento face ao ano anterior de 16,69%. Esta poupança é canalizada para o financiamento de despesas de capital.

Quadro 3 – Aferição de equilíbrio orçamental

Designação	Valor
	Unidade: €
1. Receita corrente bruta cobrada	26.515.828
2. Despesa corrente realizada	18.117.034
3. Amortizações médias dos empréstimos	1.937.138
Margem (1-2-3)	6.461.656

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, surgiu mais um critério para aferição do equilíbrio orçamental. Refere o n.º 2 do artigo 40.º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Assim, no quadro 3, verificamos que a receita corrente bruta cobrada ultrapassa a despesa corrente realizada mais as amortizações médias dos empréstimos em €6.461.656, cumprindo-se assim o critério.

2.1.3. Análise da receita

2.1.3.1. Alterações e revisões orçamentais da receita

No ano de 2016, foi necessário proceder a duas revisões da receita. A primeira por força da necessidade de utilização do saldo da gerência anterior e a segunda ter sido necessário criar rúbrica para a venda da participação do Município de Tavira na empresa municipal: Municípa EM, SA.

2.1.3.2. Execução orçamental da receita

O orçamento do Município de Tavira em 2016, foi de 36,7 milhões de euros enquanto em 2015 tinha sido de 33,4 milhões de euros, ou seja, foi superior em 3,3 milhões de euros.

Quadro 4 – Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por classificação económica

Designação	Orçado	Liquidada	Cobrada	Unidade: €
				Grau de Execução
Impostos diretos	11.801.300	14.567.509	14.567.509	123,44%
Impostos indiretos	510.000	527.336	460.887	90,37%
Taxas, multas e outras penalidades	462.000	793.459	606.676	131,32%
Rendimentos de propriedade	2.771.070	2.913.247	2.638.427	95,21%
Transferências correntes	7.676.630	6.880.046	6.870.696	89,50%
Venda de bens e serviços correntes	968.300	1.289.568	1.101.252	113,73%
Outras receitas correntes	410.700	376.540	270.381	65,83%
Receitas correntes	24.600.000	27.347.706	26.515.828	107,79%
Venda de bens de investimento	1.200	124.135	114.549	9545,72%
Transferências de capital	1.589.000	876.125	876.125	55,14%
Ativos financeiros	7.950	50	50	0,63%
Passivos financeiros	50	0	0	—
Outras receitas de capital	1.800	1.165	1.165	64,71%
Receitas capital	1.600.000	1.001.474	991.888	61,99%
Reposições não abatidas nos pagamentos	8.118	5.627	5.627	69,31%
Saldo da gerência anterior	10.491.882	10.491.882	10.491.882	100,00%
TOTAL	36.700.000	38.846.689	38.005.225	103,56%

No quadro 4, é demonstrada a receita dotada em orçamento, a liquidada e a cobrada por tipo de classificação económica, e respetivo grau de execução⁷, que atingiu no corrente ano os 103,56%, ultrapassando assim os valores estimados em sede de orçamento. No caso das receitas correntes, a execução situou-se nos 107,79% e a receita de capital nos 61,99%, ficando um pouco aquém, devido principalmente à não concretização das transferências de capital de alguns projetos de candidaturas do PO Algarve 21, nomeadamente a Reabilitação Urbana e a Mobilidade Territorial.

Em relação às rubricas que apresentam execuções anormais, como é o caso da “Venda de bens de investimento”, deveu-se ao facto de ter ocorrido a venda de três habitações sociais que não se encontravam previstas no orçamento, por força das regras previsionais existentes para esta rubrica.

2.1.3.3. Evolução da receita

A receita global do Município de Tavira, em 2016, teve um aumento de 12,33% (€4.170.869). No entanto, se considerarmos apenas as receitas correntes e as de capital o aumento passa a ser de 4,17% (€1.100.521), o que revela que houve alguma retoma económica no corrente ano.

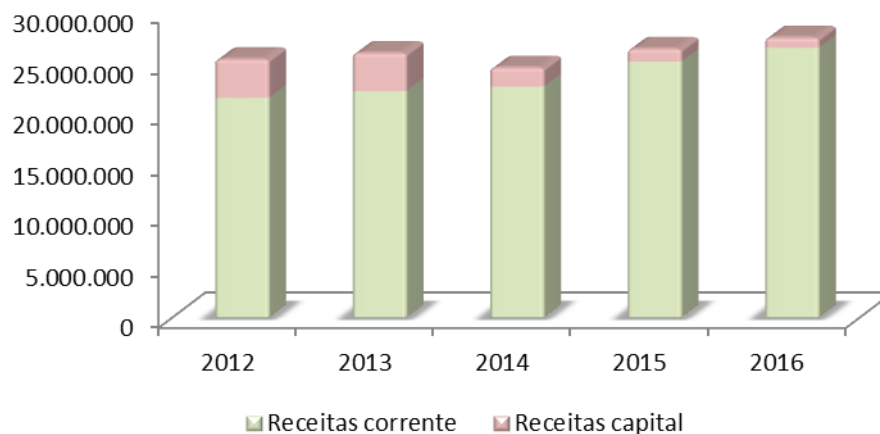
Quadro 5 – Evolução da receita global

Designação	Unidade: €					
	2016		2015		Variação 2015-2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso	€	%
Impostos diretos	14.567.509	38,33%	13.054.439	38,58%	1.513.070	11,59%
Impostos indiretos	460.887	1,21%	317.548	0,94%	143.339	45,14%
Taxas, multas e outras penalidades	606.676	1,60%	421.911	1,25%	184.765	43,79%
Rendimentos de propriedade	2.638.427	6,94%	2.274.822	6,72%	363.605	15,98%
Transferências correntes	6.870.696	18,08%	7.718.698	22,81%	-848.002	-10,99%
Venda de bens e serviços correntes	1.101.252	2,90%	1.022.063	3,02%	79.189	7,75%
Outras receitas correntes	270.381	0,71%	343.549	1,02%	-73.167	-21,30%
Receitas correntes	26.515.828	69,77%	25.153.030	74,34%	1.362.798	5,42%
Venda de bens de investimento	114.549	0,30%	65.079	0,19%	49.470	76,01%
Transferências de capital	876.125	2,31%	1.176.066	3,48%	-299.941	-25,50%
Ativos financeiros	50	0,00%	0	0,00%	50	---
Passivos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Outras receitas de capital	1.165	0,00%	13.021	0,04%	-11.856	-91,05%
Receitas capital	991.888	2,61%	1.254.166	3,71%	-262.278	-20,91%
Reposições não abatidas nos pagamentos	5.627	0,01%	3.530	0,01%	2.097	59,41%
Saldo da gerência anterior	10.491.882	27,61%	7.423.631	21,94%	3.068.251	41,33%
TOTAL	38.005.225	100%	33.834.356	100%	4.170.869	12,33%

⁷ Grau de execução = Receita cobrada / Receita orçada

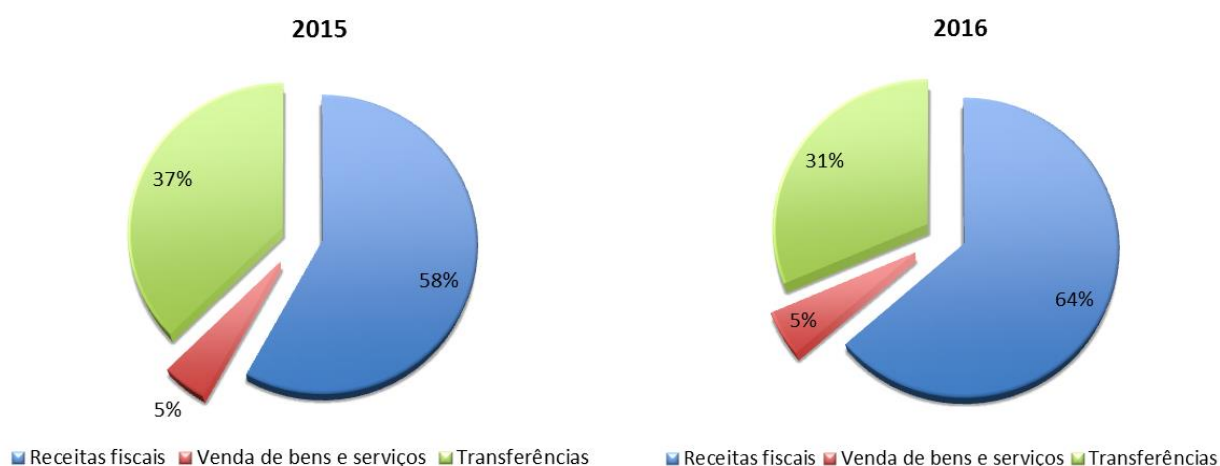
No quadro 5, pode-se confirmar para além do referido no parágrafo anterior, a evolução das diversas rúbricas da receita, onde se destaca o crescimento da receita corrente de 5,42% (€1.362.798), que compensou o ligeiro decréscimo da receita de capital de 20.91% (€262.278).

Gráfico 2 – Evolução das receitas cobradas



O gráfico 2, demonstra a evolução das receitas cobradas, observa-se que as mesmas têm tido um comportamento crescente com exceção do ano 2014 que registou um decréscimo, principalmente provocado pela quebra das receitas de capital, quebras essas que são notórias também nos anos 2015 e 2016, mas que foram compensadas com o aumento das receitas correntes.

Gráfico 3 – Distribuição das principais receitas



Através do gráfico 3, verifica-se que houve uma alteração na distribuição das principais receitas do

8 Não compreende os montantes das rúbricas do saldo da gerência, nem das reposições abatidas aos pagamentos.

Município em 2016, comparativamente a 2015. As “Transferências” sofreram uma redução para 31% por contrapartida do aumento das “Receitas fiscais¹⁰”, que continuam a ser as que têm maior representatividade com 64%.

Quadro 6 – Evolução da receita corrente por classificação económica

Unidade: €

Designação	Orçado	2016		2015		Variação 2015-2016	
		Cobrado	Taxa de execução	Cobrado	%	€	
Impostos diretos	11.801.300	14.567.509	123,44%	13.054.439	11,59%	1.513.070	
IMI	7.600.000	7.511.887	98,84%	7.940.332	-5,40%	-428.444	
IUC	700.000	666.636	95,23%	662.167	0,67%	4.469	
IMT	3.500.000	6.336.831	181,05%	4.450.768	42,38%	1.886.063	
Derrama	1.000	47.571	4757,07%	1.173	3955,75%	46.398	
Outros	300	4.584	1528,09%	0	—	4.584	
Impostos indiretos	510.000	460.887	90,37%	317.548	45,14%	143.339	
Mercados e feiras	2.300	1.734	75,40%	1.742	-0,44%	-8	
Loteamentos e obras	353.300	335.545	94,97%	153.922	118,00%	181.623	
Ocupação da via pública	100.300	66.643	66,44%	110.107	-39,47%	-43.464	
Publicidade	29.500	29.003	98,32%	21.807	33,00%	7.197	
Outros	24.600	27.961	113,66%	29.970	-6,71%	-2.010	
Taxas, multas e outras penalidades	462.000	606.676	131,32%	421.911	43,79%	184.765	
Loteamentos e obras	189.000	282.428	149,43%	168.775	67,34%	113.653	
Ocupação da via pública	144.800	128.710	88,89%	151.092	-14,81%	-22.383	
Outras	128.200	195.539	152,53%	102.044	91,62%	93.495	
Rendimentos de propriedade	2.771.070	2.638.427	95,21%	2.274.822	15,98%	363.605	
Transferências correntes	7.676.630	6.870.696	89,50%	7.718.698	-10,99%	-848.002	
FEF/FSM/Participação no IRS	5.992.530	6.069.506	101,28%	5.992.530	1,28%	76.976	
DR Educação	933.800	0	0,00%	1.219.592	-100,00%	-1.219.592	
Projetos cofinanciados	151.900	151.169	99,52%	140.797	7,37%	10.372	
Outras	598.400	650.021	108,63%	365.780	77,71%	284.241	
Venda de bens e serviços correntes	968.300	1.101.252	113,73%	1.022.063	7,75%	79.189	
Venda de bens	22.800	25.446	111,61%	26.562	-4,20%	-1.116	
Serviços	562.200	689.469	122,64%	602.595	14,42%	86.874	
Rendas	383.300	386.337	100,79%	392.906	-1,67%	-6.569	
Outras receitas correntes	410.700	270.381	65,83%	343.549	-21,30%	-73.167	
Total	24.600.000	26.515.828	107,79%	25.153.030	5,42%	1.362.798	

Em relação à evolução da receita corrente por classificação económica, quadro 6, verifica-se que, em 2016, houve um crescimento de 5,42% (€1.362.798). No geral, todas as rubricas principais tiveram um comportamento positivo, com exceção das “Transferências correntes” e das “Outras receitas correntes”.

Em termos absolutos, a maior variação positiva foi do “IMT”, com €1.886.063, fruto de um retorno da economia no geral e do mercado imobiliário em particular, que também teve reflexos no comportamento positivo dos “Loteamentos e obras”, quer no âmbito da rubrica “Impostos indiretos” com €181.623, quer na

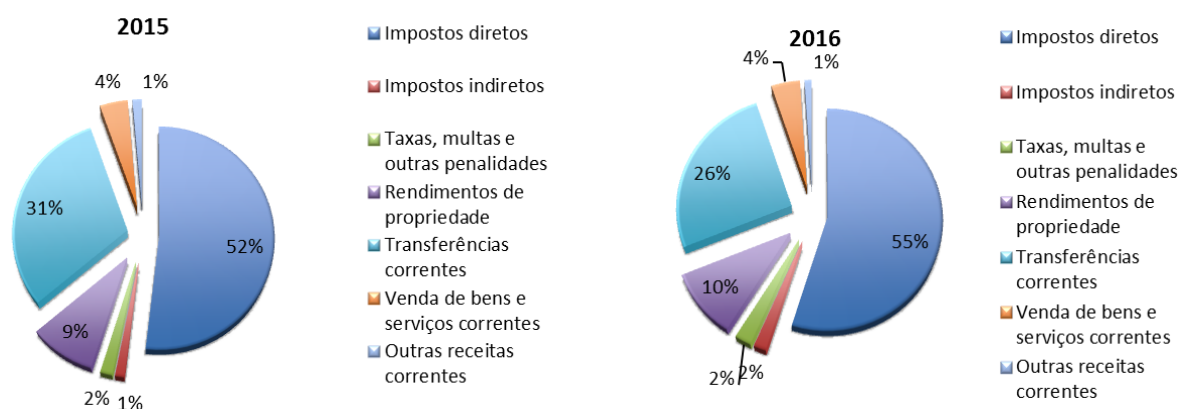
9 Incluí as transferências correntes e as de capital.

10 As receitas fiscais são compostas pelas rubricas: impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

de “Taxas, multas e outras penalidades” com €113.653.

Em contrapartida, registou-se uma quebra significativa nas transferências provenientes da Direção Regional da Educação, no montante de €1.219.592, devido à denúncia no presente ano do contrato de execução existente com o Ministério da Educação e Ciência, que transferia atribuições nos domínios do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico e da gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. De referir também que a redução do IMI, em 5,40% (€428.444), prendeu-se com a decisão do executivo de reduzir a carga fiscal para as famílias tavirenses através da diminuição da taxa de IMI dos prédios urbanos para os 0,39% e aplicar a percentagem máxima de redução na taxa dos imóveis cujo proprietário tinha dependentes no seu agregado (10% com um dependente; 15% com 2 dependentes e 20% para 3 ou mais dependentes).

Gráfico 4 – Distribuição da receita corrente



O gráfico 4, ilustra a distribuição da receita corrente, nos anos 2015 e 2016. Em 2016, os “Impostos diretos” continuam a ser a principal receita representando mais de metade das receitas correntes com 55%, seguidas das “Transferências correntes” que diminuíram a sua representatividade para os 26%, e os “Rendimentos de propriedade” que aumentaram para os 10%.

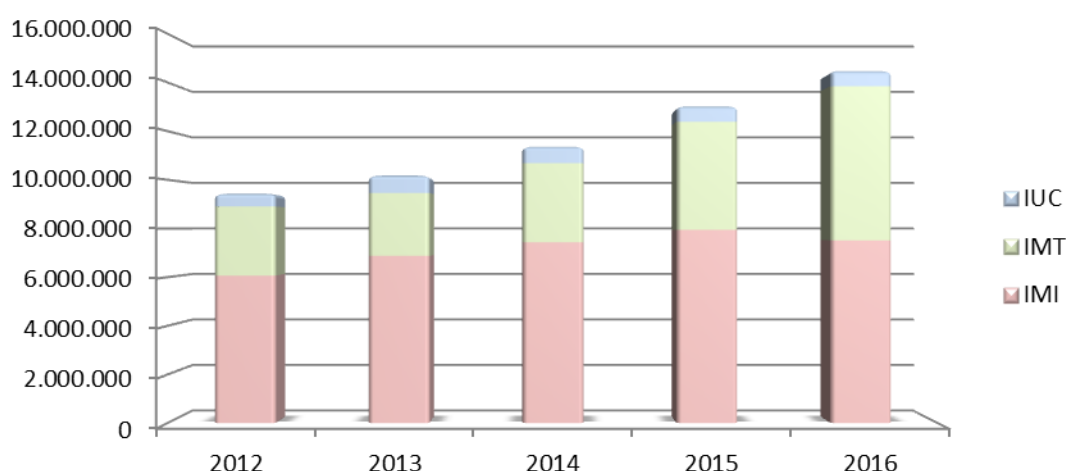
Quanto à evolução dos principais impostos diretos, estes têm sofrido um crescimento progressivo nos últimos anos, conforme se pode observar no gráfico 5. Sendo de destacar o crescimento do IMT, que neste último ano foi o principal motivador da evolução positiva destes impostos, e que compensou a ligeira descida do IMI.

Se apurarmos o peso do IMT e do IMI nas receitas correntes do Município de Tavira, podemos concluir que estes são fundamentais para o regular funcionamento da autarquia, pois representam, 24% e 28%¹¹

¹¹ O peso do IMT e do IMI é o resultado do valor destes impostos a dividir pelo total das receitas correntes (dados do quadro 6).

respetivamente.

Gráfico 5 – Evolução dos principais impostos diretos



No quadro 7, podemos verificar a evolução da receita de capital e outras receitas por classificação económica. De notar que a receita de capital apresentou uma quebra de 20,91% (€262.278) em 2016 face ao ano anterior enquanto as outras receitas sofreram um aumento significativo de 41,34% (3.070.348), o que em conjunto proporcionou um crescimento de 32,35% (€2.808.070).

Quadro 7 – Evolução da receita de capital e outras receitas por classificação económica

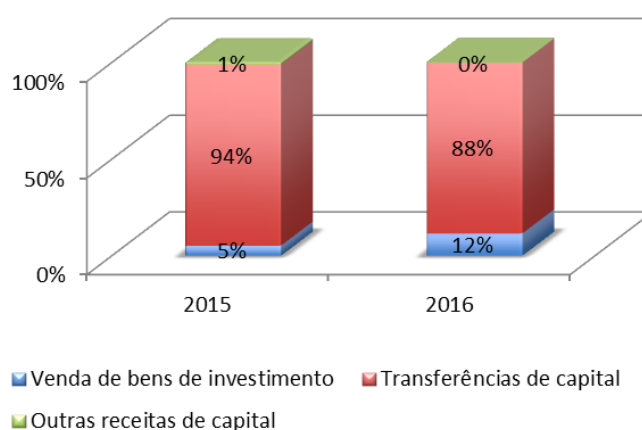
Designação	Unidade: €					
	Orçado	2016		2015 Cobrado	Variação 2015-2016	
		Cobrado	Taxa de execução		%	€
Venda de bens de investimento	1.200	114.549	9545,72%	65.079	76,01%	49.470
Terrenos	200	0	0,00%	0	---	0
Edifícios	200	0	0,00%	0	---	0
Outros bens de investimento	800	114.549	14318,58%	65.079	76,01%	49.470
Transferências de capital	1.589.000	876.125	55,14%	1.176.066	-25,50%	-299.941
FEF	526.500	529.551	100,58%	526.524	0,57%	3.027
Projetos cofinanciados	1.061.800	297.555	28,02%	649.542	-54,19%	-351.987
Outros	700	49.019	7002,69%	0	---	49.019
Ativos financeiros	7.950	50	0,63%	0	---	50
Passivos financeiros	50	0	---	0	---	0
Outras receitas de capital	1.800	1.165	64,71%	13.021	-91,05%	-11.856
Receitas de capital	1.600.000	991.888	61,99%	1.254.166	-20,91%	-262.278
Reposições n/abatidas aos pagamentos	8.118	5.627	69,31%	3.530	59,41%	2.097
Saldo da gerência anterior	10.491.882	10.491.882	100,00%	7.423.631	41,33%	3.068.251
Outras receitas	10.500.000	10.497.509	99,98%	7.427.161	41,34%	3.070.348
TOTAL	12.100.000	11.489.397	94,95%	8.681.327	32,35%	2.808.070

A redução da receita de capital explica-se pela quebra de 54,19% (€351.987) sentida na rúbrica dos

“*Projetos cofinanciados*”, e que se deveu essencialmente à não concretização das transferências de capital de alguns projetos de candidaturas do PO Algarve 21, nomeadamente a Reabilitação Urbana e a Mobilidade Territorial, tal como referido anteriormente.

Por outro lado, nas outras receitas registou-se um aumento importante de 41,33% (€3.068.251) no saldo da gerência.

Gráfico 6 – Distribuição da receita de capital



Analisada a distribuição da receita de capital, no gráfico 6, constata-se que houve uma alteração nesta, em virtude da diminuição da representatividade das “*Transferências de capital*” que praticamente representam a totalidade das receitas de capital com 88%, por contrapartida da “*Venda de bens e serviços*” com 12%.

2.1.3.4. Transferências e subsídios obtidos

As receitas com transferências e subsídios obtidos são a segunda principal fonte de receita do Município de Tavira.

No quadro 8, encontram-se espelhadas as receitas provenientes de transferências, nos anos de 2015 e 2016, de onde se conclui que estas sofreram uma forte diminuição de 12,91% (€1.147.944). A razão desta descida prendeu-se com o anteriormente referido, por um lado, pela denúncia do contrato de execução da Educação que originou menos 55,91% (€886.332) de “*Outras transferências*” em 2016, e por outro lado, pela quebra das verbas provenientes dos fundos comunitários com menos 43,22% (€341.615).

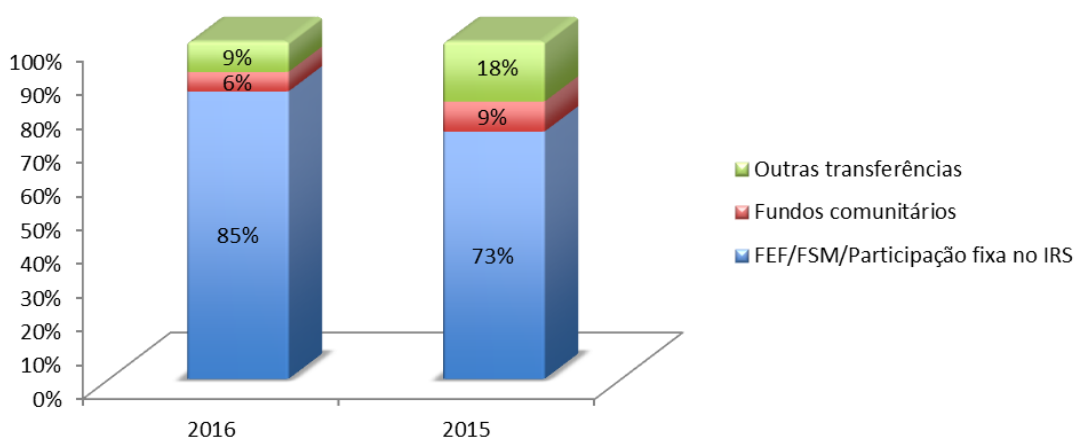
Quadro 8 – Receita proveniente de transferências

Unidade: €

Designação	2016		2015		Variação 2015-2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso	%	€
FEF/FSM/Participação fixa no IRS	6.599.057	85,18%	6.519.054	73,29%	1,23%	80.003
Correntes	6.069.506	78,35%	5.992.530	67,37%	1,28%	76.976
Capital	529.551	6,84%	526.524	5,92%	0,57%	3.027
Fundos comunitários	448.724	5,79%	790.338	8,89%	-43,22%	-341.615
Correntes	151.169	1,95%	140.797	1,58%	7,37%	10.372
Capital	297.555	3,84%	649.542	7,30%	-54,19%	-351.987
Outras transferências	699.039	9,02%	1.585.371	17,82%	-55,91%	-886.332
Correntes	650.021	8,39%	1.585.371	17,82%	-59,00%	-935.351
Capital	49.019	0,63%	0	0,00%	---	49.019
Subtotal						
Correntes	6.870.696	88,69%	7.718.698	86,78%	-10,99%	-848.002
Capital	876.125	11,31%	1.176.066	13,22%	-25,50%	-299.941
TOTAL	7.746.820	100%	8.894.764	100%	-12,91%	-1.147.944

De realçar ainda, que as transferências com origem no Orçamento de Estado, o “FEF/FSM/Participação fixa no IRS”¹² aumentaram a sua importância nas receitas deste tipo, passando a representar, em 2016, 85,18% das receitas provenientes de transferências, por contrapartida da diminuição das “Outras transferências” que passara a representar 9% e dos “Fundos Comunitários” com 6%, tal como pode ser observado no gráfico 7.

Gráfico 7 – Distribuição das transferências recebidas



Os fundos comunitários e nacionais correntes, encontram-se demonstrados no quadro 9, onde se constata que o programa “POAlgarve 21” é o que tem proporcionado um maior retorno de receita corrente,

¹² FEF – Fundo de equilíbrio financeiro; FSM – Fundo Social Municipal.

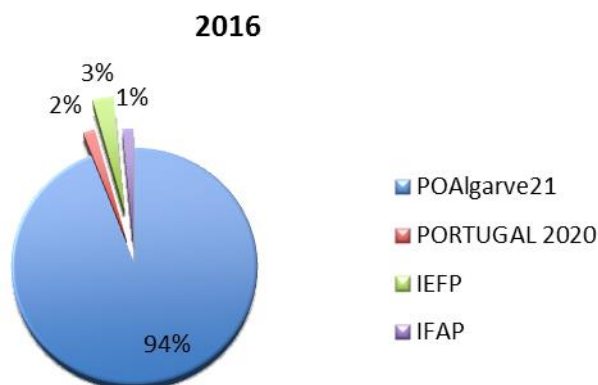
principalmente o projeto “Articular para intervir – Dieta Mediterrânica”.

Quadro 9 – Fundos comunitários e nacionais correntes

		Unidade: €
Designação Projecto	Programa	Comparticipação Recebida
Articular para Intervir - Dieta Mediterrânica	POALGARVE 21	132.398
Simplex Autárquico - RUCI	POALGARVE 21	18.343
PEPAL	PORTUGAL 2020	2.513
Gabinete Inserção Profissional	IEFP	4.528
Fruta Escolar	IFAP	2.359
TOTAL		160.140

A distribuição da receita corrente comparticipada em 2016, pode ser visualizada através do gráfico 8, onde se comprova o mencionado anteriormente, quanto à maior representatividade do programa “POAlgarve 21” com 94% das referidas receitas, seguido pelo “IEFP¹³” com 3%, o “Portugal 2020” com 2% e o “IFAP¹⁴” com 1%.

Gráfico 8 – Distribuição da receita corrente comparticipada



No que concerne aos fundos comunitários e nacionais de capital, verifica-se no quadro 10, que o programa “POAlgarve 21” foi o único programa a financiar investimentos de capital do Município de Tavira, totalizando €297.555. Destacando-se a comparticipação recebida pelo projeto “Parque verde do séqua”, com €134.209, que representa 45,10%, seguida do projeto das “Frentes ribeirinhas e zona envolvente” com €82.138, 27,60% e do projeto “Obras de conservação na Ermida de S. Roque” com €31.366, 10,54%.

¹³ IEFP – Instituto de emprego e formação profissional.

¹⁴ IFAP – Instituto de financiamento de agricultura e pescas

Quadro 10 – Fundos comunitários e nacionais de capital

Unidade: €

Designação do projecto	Programa	Comparticipação recebida	
		Valor	%
Modernização administrativa	POALGARVE 21	8.166	2,74%
Reequipamento estratégico de proteção civil do Algarve	POALGARVE 21	10.717	3,60%
Conclusão do acesso de Conceição e Cabanas	POALGARVE 21	1.719	0,58%
Simplex autárquico - RUCI	POALGARVE 21	21.528	7,24%
Reabilitação do troço da muralha	POALGARVE 21	353	0,12%
Cineteatro antónio pinheiro	POALGARVE 21	2.343	0,79%
Reabilitação de uma sala do palácio da galeria	POALGARVE 21	1.752	0,59%
Frentes ribeirinhas e zona envolvente	POALGARVE 21	82.138	27,60%
Obras de conservação na Ermida de S. Roque	POALGARVE 21	31.366	10,54%
Igreja das ondas	POALGARVE 21	1.460	0,49%
Coro alto da igreja das ondas	POALGARVE 21	1.803	0,61%
Parque verde do séqua	POALGARVE 21	134.209	45,10%
TOTAL		297.555	100%

2.1.4. Análise da despesa

2.1.4.1. Alterações e revisões orçamentais da despesa

No decorrer do ano 2016, registaram-se 18 modificações orçamentais, das quais 16 foram alterações que ocorreram essencialmente, para possibilitar a correta inscrição em orçamento das necessidades reveladas no decorrer do ano, e 2 revisões.

Quadro 11 – Modificações orçamentais segundo natureza económica

Unidade: €

Capítulos	Dotação Inicial	Modificações orçamentais		Dotação Final		Variação	
	Valor	Reforços	Deduções	Valor	Peso	Valor	%
Despesas correntes	20.340.000	4.553.260	1.723.260	23.170.000	63,13%	2.830.000	13,91%
Despesa com o pessoal	8.451.874	412.800	349.850	8.514.824	23,20%	62.950	0,74%
Aquisição de bens e serviços	7.452.539	2.152.290	608.850	8.995.979	24,51%	1.543.440	20,71%
Juros e outros encargos	140.950	73.850	0	214.800	0,59%	73.850	52,39%
Transferências correntes	2.249.650	576.500	27.000	2.799.150	7,63%	549.500	24,43%
Subsídios	1.782.200	828.300	537.560	2.072.940	5,65%	290.740	16,31%
Outras despesas correntes	262.787	509.520	200.000	572.307	1,56%	309.520	117,78%
Despesas de capital	7.460.000	7.633.630	1.563.630	13.530.000	36,87%	6.070.000	81,37%
Aquisição de bens de capital	5.370.000	6.993.630	1.314.630	11.049.000	30,11%	5.679.000	105,75%
Transferências de capital	274.387	410.000	249.000	435.387	1,19%	161.000	58,68%
Ativos financeiros	177.300	0	0	177.300	0,48%	0	0,00%
Passivos financeiros	1.629.000	50.000	0	1.679.000	4,57%	50.000	3,07%
Outras despesas capital	9.313	180.000	0	189.313	0,52%	180.000	1932,78%
TOTAL	27.800.000	12.186.890	3.286.890	36.700.000	100,00%	8.900.000	32,01%

No quadro 11, encontram-se refletidas as modificações orçamentais segundo a natureza económica,

revelando que as despesas de capital foram as que apresentaram o maior reforço em termos de dotação, com um incremento de €6.070.000 (81,37%).

De referir, que o aumento da dotação de 8,9 milhões de euros do orçamento do Município de Tavira em 2016, prendeu-se principalmente com a integração do saldo de gerência, tendo o mesmo servido para reforçar na sua maioria a rubrica de “*Aquisição de bens de capital*”, com cerca de 5,7 milhões de euros e a “*Aquisição de bens e serviços*” com cerca de 1,5 milhões de euros.

2.1.4.2. Execução orçamental da despesa

Em 2016, a despesa teve uma execução de 66,59%, conforme pode ser comprovado no quadro 12, onde constam as diferentes fases da despesa por classificação económica.

Em relação aos compromissos assumidos o município registou cerca de 27,8 milhões de euros, ou seja, 76% da despesa orçamentada, enquanto a despesa realizada, ficou-se pelos 24,4 milhões de euros, o que significa que apenas 66% da despesa orçamentada é que foi faturada. Por sua vez, da despesa que foi faturada, apenas €5.633 é que não foram pagos constituindo assim dívida orçamental. Importa esclarecer, que estas faturas apenas não foram pagas, antes do final do ano, por falta de alguma formalidade legal, como é o caso da obrigação de apresentar documentos de não dívida tributária ou contributiva.

Quadro 12 – Diferentes fases da despesa por classificação económica

Capítulos	Unidade: €					
	Orçado 1	Comprometido 2	Realizado 3	Pago 4	Execução 5=4/1	Dívida 6=3-4
Despesas correntes	23.170.000	19.606.926	18.117.034	18.111.400	78,17%	5.633
Despesa com o pessoal	8.514.824	8.107.027	8.066.238	8.066.238	94,73%	0
Aquisição de bens e serviços	8.995.979	6.992.077	5.607.416	5.601.782	62,27%	5.633
Juros e outros encargos	214.800	149.988	149.988	149.988	69,83%	0
Transferências correntes	2.799.150	2.285.463	2.223.226	2.223.226	79,43%	0
Subsídios	2.072.940	1.774.154	1.774.154	1.774.154	85,59%	0
Outras despesas correntes	572.307	298.217	296.012	296.012	51,72%	0
Despesas de capital	13.530.000	8.209.637	6.326.314	6.326.314	46,76%	0
Aquisição de bens de capital	11.049.000	6.081.177	4.270.768	4.270.768	38,65%	0
Transferências de capital	435.387	141.931	69.018	69.018	15,85%	0
Ativos financeiros	177.300	176.983	176.982	176.982	99,82%	0
Passivos financeiros	1.679.000	1.628.985	1.628.985	1.628.985	97,02%	0
Outras despesas capital	189.313	180.561	180.561	180.561	95,38%	0
TOTAL	36.700.000	27.816.563	24.443.348	24.437.715	66,59%	5.633

Os “*Ativos financeiros*” é a rubrica que tem maior percentagem de execução, com 99,82%, seguida dos

“Passivos financeiros”, com 99,18%, das “Outras despesas capital” e das “Despesas com pessoal” com 95,38% e 94,73%, respetivamente, dada a natureza das despesas registadas nestas rúbricas, pois são despesas com “execução” imediata, ou seja, são despesas que são comprometidas, realizadas e pagas na sua totalidade no corrente ano.

2.1.4.3. Evolução da despesa

No ano de 2016, em virtude do aumento das receitas foi possível aumentar ligeiramente a realização de despesa, em 4,70%, tal como pode ser verificado no quadro 13 que demonstra a evolução da despesa global realizada. Em termos gerais, as despesas correntes apenas aumentaram 0,90% enquanto as despesas de capital registaram um acréscimo de 17,38%, o que demonstra claramente o esforço do executivo em proceder a investimentos de longo prazo.

Quadro 13 – Evolução da despesa global realizada

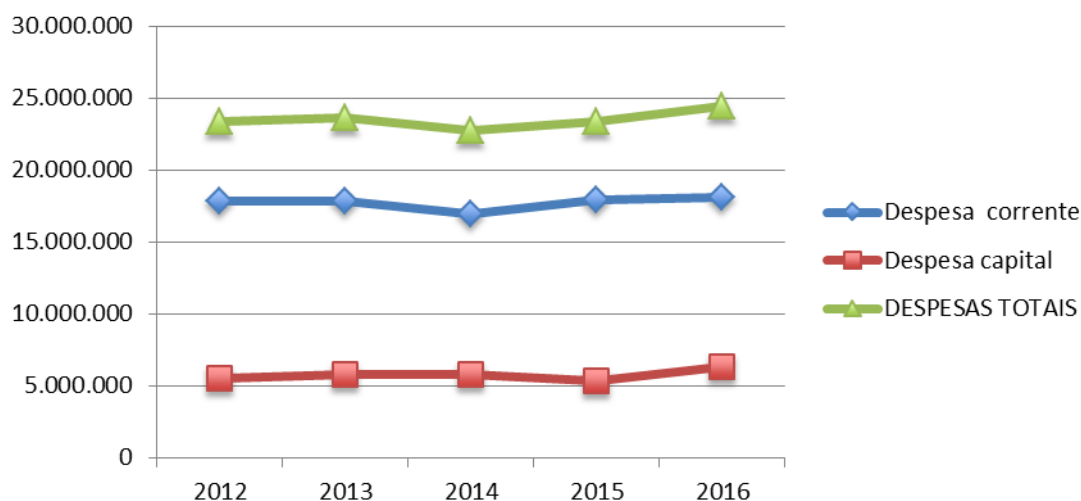
Unidade: €

Capítulos	Realizado 2016		Realizado 2015		Variação 2014-2015	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Despesas correntes	18.117.034	74,12%	17.955.686	76,91%	161.348	0,90%
Despesa com o pessoal	8.066.238	33,00%	8.752.211	37,49%	-685.973	-7,84%
Aquisição de bens e serviços	5.607.416	22,94%	5.088.789	21,80%	518.626	10,19%
Juros e outros encargos	149.988	0,61%	121.438	0,52%	28.550	23,51%
Transferências correntes	2.223.226	9,10%	1.995.735	8,55%	227.491	11,40%
Subsídios	1.774.154	7,26%	1.474.108	6,31%	300.046	20,35%
Outras despesas correntes	296.012	1,21%	523.404	2,24%	-227.392	-43,44%
Despesas de capital	6.326.314	25,88%	5.389.618	23,09%	936.696	17,38%
Aquisição de bens de capital	4.270.768	17,47%	2.310.477	9,90%	1.960.291	84,84%
Transferências de capital	69.018	0,28%	316.145	1,35%	-247.127	-78,17%
Ativos financeiros	176.982	0,72%	176.982	0,76%	0	0,00%
Passivos financeiros	1.628.985	6,66%	2.556.251	10,95%	-927.266	-36,27%
Outras despesas capital	180.561	0,74%	29.763	0,13%	150.798	506,66%
TOTAL	24.443.348	100%	23.345.304	100%	1.098.044	4,70%

As rubricas de despesa que apresentaram uma maior variação foram a “Aquisição de bens de capital” (€1.960.291), devido à execução de várias pavimentações e requalificações viárias no concelho ao longo do ano, seguida da “Aquisição de bens e serviços” (€518.626) e dos “Subsídios” (€300.046). Em contrapartida, registou-se uma diminuição das despesas com “Passivos financeiros” (€927.266), dado que o ano passado realizou-se a amortização antecipada do empréstimo do PAEL, e no corrente ano apenas ocorreram as amortizações normais de empréstimos de médio e longo prazo. Diminuíram também as “Despesas com pessoal” (€685.973), as “Transferências de capital” (€247.127) e as “Outras despesas correntes” (€227.392).

No gráfico 9, pode-se verificar a evolução da despesa realizada nos últimos cinco anos, sendo evidente que a mesma se tem mantido mais ou menos estagnada, com exceção de uma quebra nas despesas correntes no ano de 2014, e um aumento no corrente ano das despesas de capital, que influenciaram o comportamento das despesas totais do Município de Tavira nos respectivos anos.

Gráfico 9 – Evolução da despesa realizada



No quadro 14, é apresentada a evolução da despesa corrente realizada por classificação económica. Ao efetuar uma análise comparativa entre estas despesas nos anos de 2016 e 2015, conclui-se, em termos globais, que a diminuição das “Despesa com o pessoal” (€685.973) e das “Outras despesas correntes” (€227.392) compensou o aumento das rubricas de “Aquisição de bens e serviços” (€518.626), dos “Subsídios” (€300.046), das “Transferências correntes” (€227.491) e dos “Juros e outros encargos” (€28.550).

No que concerne, às “Aquisições de serviços” houve um acréscimo generalizado e toos os tipos de despesa com destaque para o aumento significativo de 127,29%, nas despesas com a aquisição de troféus e medalhas, seguida da locação de bens com 101,50%, do material de transporte com 55,38% e das despesas de limpeza e higiene com 54,28%. Por outro lado, registaram-se algumas quebras, nomeadamente na aquisição de matérias-primas (50,99%), no material de escritório (46,56%), e nos seminários (46,15%).

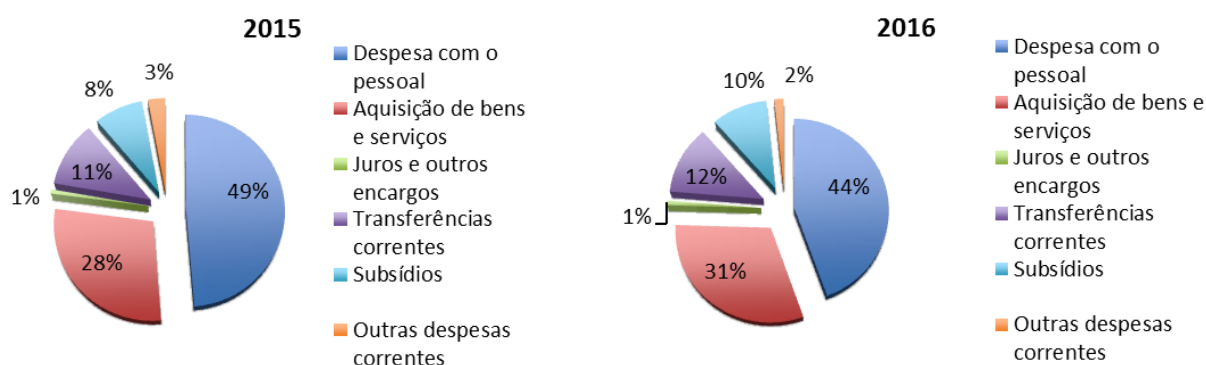
Uma vez apreciado o gráfico 10, constata-se que na distribuição das despesas correntes realizadas, houve várias alterações em termos percentuais. Assim, as que têm maior representatividade continuam a ser as “Despesas com o pessoal” que apesar de terem diminuído para 44%, continuam a ser as principais despesas correntes realizadas, seguidas das despesas com “Aquisição de bens e serviços” que também viram o seu estatuto melhorado face ao ano anterior, atingindo os 31%, e em terceiro lugar continuam a ser as “Transferências correntes” que também aumentaram ligeiramente a sua expressão para 12%.

Quadro 14 – Evolução da despesa corrente realizada por classificação económica

Unidade: €

Designação	2016		2015		Variação 2015-2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso	%	€
Despesa com o pessoal	8 066 238	44,52%	8 752 211	46,99%	-7,84%	-685 973
Aquisição de bens e serviços	5 607 416	30,95%	5 088 789	33,72%	10,19%	518 626
Matérias-primas	30 433	0,17%	62 100	0,56%	-50,99%	-31 667
Combustíveis	328 373	1,81%	381 497	3,13%	-13,93%	-53 124
Alimentação	256 591	1,42%	253 384	1,94%	1,27%	3 207
Material de escritório	20 614	0,11%	38 576	0,37%	-46,56%	-17 962
Material transporte - peças	58 462	0,32%	37 627	0,61%	55,38%	20 836
Prémios, condecorações e ofertas	108 002	0,60%	47 517	0,29%	127,29%	60 485
Encargos das instalações	824 207	4,55%	872 663	3,80%	-5,55%	-48 457
Limpeza e higiene	97 184	0,54%	62 992	1,04%	54,28%	34 192
Conservação de bens	147 681	0,82%	145 046	1,70%	1,82%	2 635
Locação de bens	240 401	1,33%	119 308	1,31%	101,50%	121 092
Comunicações	63 497	0,35%	102 127	0,98%	-37,83%	-38 630
Transportes	397 856	2,20%	392 590	1,68%	1,34%	5 266
Seguros	139 348	0,77%	115 654	0,65%	20,49%	23 694
Publicidade	116 079	0,64%	89 583	0,77%	29,58%	26 497
Seminários, exposições e similares	23 257	0,13%	43 191	0,67%	-46,15%	-19 934
Trabalhos especializados	212 908	1,18%	185 872	2,62%	14,55%	27 036
Encargos cobrança de receita	358 846	1,98%	324 830	1,09%	10,47%	34 017
Outros	2 183 675	12,05%	1 814 233	10,54%	20,36%	369 442
Juros e outros encargos	149 988	0,83%	121 438	2,08%	23,51%	28 550
Transferências correntes	2 223 226	12,27%	1 995 735	7,70%	11,40%	227 491
Freguesias	804 449	4,44%	796 580	1,96%	0,99%	7 868
Associações de Municípios	41 560	0,23%	29 931	0,17%	38,85%	11 628
Inst. Sem fins lucrativos	1 200 136	6,62%	977 239	5,14%	22,81%	222 897
Outros	177 082	0,98%	191 983	0,42%	—	-14 902
Subsídios	1 774 154	9,79%	1 474 108	7,48%	20,35%	300 046
Empresas públicas municipais e intermunicipais	1 676 770	9,26%	1 372 537	6,91%	22,17%	304 234
Outros	97 384	0,54%	101 572	0,57%	-4,12%	-4 188
Outras despesas correntes	296 012	1,63%	523 404	2,03%	-43,44%	-227 392
TOTAL	18 117 034	100%	17 955 686	100%	0,90%	161 348

Gráfico 10 – Distribuição da despesa corrente realizada



Verifica-se no quadro 15 a evolução da despesa com pessoal, que face a 2015, houve uma diminuição de 7,84% (€685.973) em relação ao transato devido, sobretudo, à saída de 48 trabalhadores, na sequência da denúncia do contrato de execução celebrado entre o Município e o Ministério da Educação, que ocorreu

com efeitos a 31 de dezembro de 2015.

Quadro 15 – Evolução da despesa com pessoal

Unidade: €

Designação	2016		2015		Variação 2015-2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso	%	€
Remunerações certas e permanentes	6.012.720	74,54%	6.521.732	74,52%	-7,80%	-509.012
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	125.973	1,56%	121.100	1,38%	4,02%	4.873
Pessoal quadros-Regime contrato individ. Trabalho	4.471.050	55,43%	4.834.524	55,24%	-7,52%	-363.473
Pessoal contratado a termo	0	0,00%	13.017	0,15%	-100,00%	-13.017
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0	0,00%	0	0,00%	—	0
Pessoal aguardando aposentação	3.677	0,05%	4.826	0,06%	-23,81%	-1.149
Pessoal em qualquer outra situação	68.960	0,85%	81.280	0,93%	-15,16%	-12.320
Representação	53.242	0,66%	51.028	0,58%	4,34%	2.214
Suplementos e prémios	0	0,00%	0	0,00%	—	0
Subsídio de refeição	383.104	4,75%	445.237	5,09%	-13,95%	-62.133
Subsídio de férias e de Natal	812.569	10,07%	875.603	10,00%	-7,20%	-63.034
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	94.145	1,17%	95.116	1,09%	-1,02%	-971
Abonos variáveis ou eventuais	292.980	3,63%	269.607	3,08%	8,67%	23.373
Gratificações variáveis ou eventuais	0	0,00%	0	0,00%	—	0
Horas extraordinárias	179.032	2,22%	120.894	1,38%	48,09%	58.137
Ajudas de custo	19.675	0,24%	18.628	0,21%	5,62%	1.046
Abono para falhas	2.480	0,03%	3.471	0,04%	-28,54%	-991
Subsídio de turno	71.297	0,88%	65.595	0,75%	8,69%	5.702
Indemnizações por cessação de funções	0	0,00%	42.304	0,48%	-100,00%	-42.304
Outros suplementos e prémios	20.497	0,25%	18.715	0,21%	9,52%	1.782
Segurança social	1.760.538	21,83%	1.960.872	22,40%	-10,22%	-200.335
Encargos com a saúde	214.986	2,67%	216.146	2,47%	-0,54%	-1.161
Outros encargos com a saúde	54.339	0,67%	48.038	0,55%	13,12%	6.300
Subsídio familiar a criança e jovens	26.164	0,32%	27.809	0,32%	-5,92%	-1.645
Outras prestações familiares	5.772	0,07%	2.847	0,03%	102,73%	2.925
Contribuições para a segurança social	1.392.008	17,26%	1.593.342	18,21%	-12,64%	-201.334
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0,00%	8.709	0,10%	—	-8.709
Seguros	65.471	0,81%	62.479	0,71%	4,79%	2.992
Outras despesas de segurança social	1.798	0,02%	1.500	0,02%	19,86%	298
TOTAL	8.066.238	100%	8.752.211	100%	-7,84%	-685.973

A referida situação, por conseguinte, contribuiu para uma redução das rubricas de “Pessoal quadro-Regime contrato individ. trabalho” (€363.473), do “Subsídio de refeição” (€62.133), do “Subsídio de férias e de Natal” (€63.034) e das “Contribuições para a segurança social” (€201.334).

Relativamente aos “Abonos variáveis ou eventuais”, assistiu-se a um incremento de 8,67% (€23.373), devido ao pagamento de trabalho suplementar, cujo agravamento ocorreu, por um lado, por força de um maior número de eventos fora do horário normal e trabalho e, por outro lado, em virtude da necessidade de se manter o número de horas de trabalho dos bombeiros municipais, não obstante o período normal de trabalho ter sido reduzido de 8h diárias e 40h semanais para 7h diárias e 35h semanais.

Quanto à diminuição da “Segurança social”, de 10,22% (€200.335), esta ocorreu devido à saída de trabalhadores, referida anteriormente.

Quadro 16 – Evolução da despesa de capital realizada por económica

Unidade: €

Designação	2016		2015		Variação 2015-2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso	%	€
Aquisição de bens de capital	4.270.768	67,51%	2.310.477	42,87%	84,84%	1.960.291
Terrenos	212.957	3,37%	17.957	0,33%	1085,95%	195.000
Escolas	107.798	1,70%	52.881	0,98%	103,85%	54.917
Instalações desportivas e recreativas	285.388	4,51%	51.542	0,96%	453,70%	233.845
Material de transporte	350.074	5,53%	157.481	2,92%	122,30%	192.593
Equipamento administrativo e informático	63.693	1,01%	276.521	5,13%	-76,97%	-212.827
Equipamento básico	110.769	1,75%	118.015	2,19%	-6,14%	-7.245
Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.307.125	20,66%	563.629	10,46%	131,91%	743.496
Viação rural	1.408.730	22,27%	429.270	7,96%	228,17%	979.460
Outros	424.234	6,71%	643.181	11,93%	-34,04%	-218.947
Tranferências de capital	69.018	1,09%	316.145	5,87%	-78,17%	-247.127
Empresas municipais e intermunicipais	0	0,00%	283.373	5,26%	-100,00%	-283.373
Inst. Sem fins lucrativos	69.018	1,09%	32.772	0,61%	110,60%	36.246
Activos financeiros	176.982	2,80%	176.982	3,28%	0,00%	0
Passivos financeiros	1.628.985	25,75%	2.556.251	47,43%	-36,27%	-927.266
Outras despesas capital	180.561	2,85%	29.763	0,55%	506,66%	150.798
TOTAL	6.326.314	100%	5.389.618	100%	17,38%	936.696

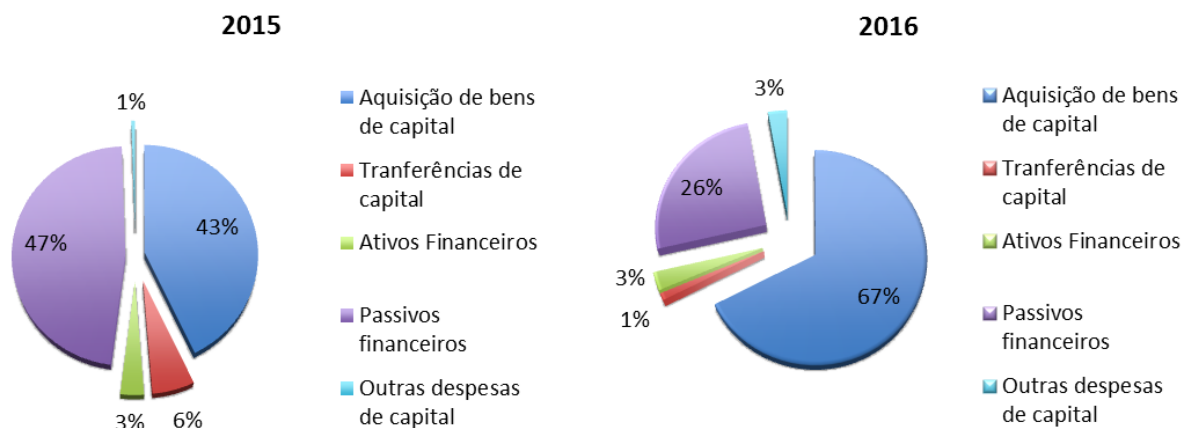
Relativamente à despesa de capital realizada por económica, no quadro 16, constata-se que em 2016 houve uma clara aposta na execução de despesas de investimento com um aumento expressivo de 17,38% (€936.696). As principais responsáveis por este comportamento foram a realização de várias pavimentações e requalificações da rede viária do concelho, passando pela requalificação da Rua José Pires Padinha e vários arruamentos da cidade de Tavira, até à execução de diversas obras na serra de Tavira, como foi o caso da reparação da estrada Fuzeta/Cintado, e que se encontram espelhados nas rubricas “Viação rural” e na “Viadutos, arruamentos e obras complementares”, com um acréscimo de €979.460 e €743.496, respetivamente. Também é de realçar, o crescimento registado na rubrica “Instalações desportivas e recreativas”, com €233.845, devido à concretização do arrelvamento sintético do campo de futebol do pavilhão Eduardo Mansinho, e o material de transporte que mais uma vez foi relevante, tendo-se adquirido várias viaturas para substituição de outras que já se encontravam totalmente obsoletas, e que tiveram tradução num aumento de €192.593.

Por outro lado, houve uma redução dos “Passivos financeiros” (€927.266), resultado da amortização extraordinária do empréstimo do PAEL que ocorreu no ano transato, enquanto no corrente ano apenas se procedeu às amortizações normais de diversos empréstimos bancários.

No gráfico 11, é ilustrada a distribuição da despesa de capital realizada, onde se pode observar que houve uma alteração significativa na distribuição da despesa de capital realizada. Em 2015, a “Aquisição de bens de capital” representava 43% do total das despesas de capital, e em 2016 passou a representar uns expressivos 67%, por contrapartida do decréscimo dos “Passivos financeiros”, que passaram no corrente

ano a representar apenas 26% da despesa de capital (em 2015 efetuou-se uma amortização extraordinária do empréstimo do PAEL), e das “Transferências de capital” para 1%.

Gráfico 11 – Distribuição da despesa de capital realizada



2.1.4.4. Transferências e subsídios concedidos

As despesas realizadas com transferências e subsídios concedidos pelo Município de Tavira, no corrente ano registaram um aumento de 7,14% (€280.410) face ao ano anterior, conforme pode ser observado no quadro 17.

Quadro 17 – Despesas realizadas com transferências e subsídios

Unidade: €

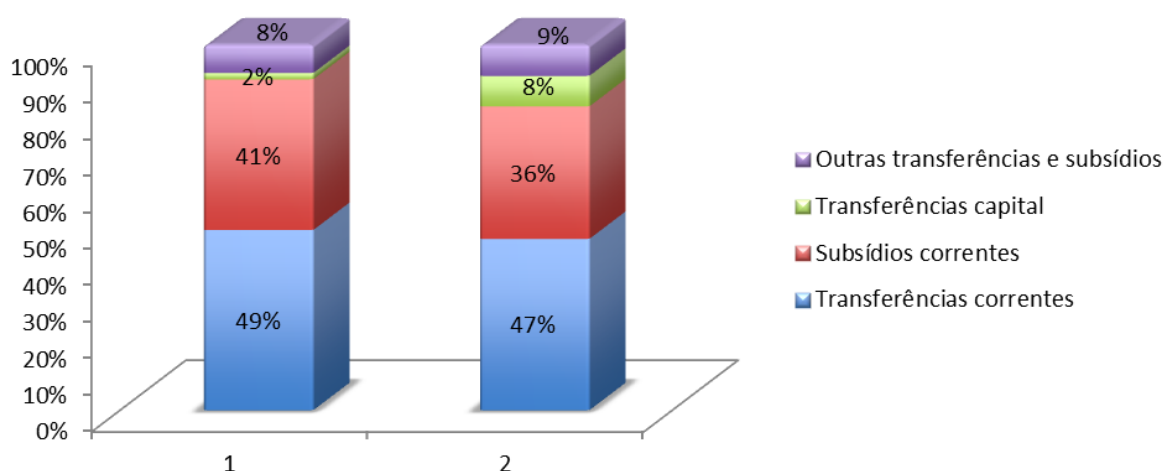
Designação	2016		2015		Variação 2015-2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso	%	€
Transferências correntes	2.004.585	49,30%	1.773.820	46,85%	13,01%	230.765
Freguesias	804.449	19,78%	796.580	21,04%	0,99%	7.868
Instituições sem fins lucrativos	1.200.136	29,51%	977.239	25,81%	22,81%	222.897
Subsídios correntes	1.676.770	41,23%	1.372.537	36,25%	22,17%	304.234
Empresas Municipais	1.676.770	41,23%	1.372.537	36,25%	22,17%	304.234
Transferências capital	69.018	1,70%	316.145	8,35%	-78,17%	-247.127
Instituições sem fins lucrativos	69.018	1,70%	32.772	0,87%	110,60%	36.246
Empresas municipais e intermunicipais	0	0,00%	283.373	7,48%	-100,00%	-283.373
Outras transferências e subsídios	316.025	7,77%	323.487	8,54%	-2,31%	-7.462
Correntes	316.025	7,77%	323.487	8,54%	-2,31%	-7.462
Capital	0	0,00%	0	0,00%	---	0
TOTAL	4.066.398	100%	3.785.988	100%	7,41%	280.410

Assim, verifica-se um aumento dos subsídios correntes realizados de €304.234, e das transferências correntes de €230.765, por contrapartida de uma diminuição das transferências de capital €247.127, dado que em 2016 não foi necessário proceder ao reequilíbrio da empresa municipal EMPET, o que originou a diminuição de €283.373 na rubrica “Empresas Municipais e Intermunicipais”.

Importa esclarecer que o aumento dos subsídios correntes às empresas municipais, não se prende com um aumento dos contratos programa com a Tavira Verde, e sim por força de no corrente ano terem sido consideradas, em termos orçamentais, mais duas faturas do contrato dos verdes com a Tavira Verde do que no ano anterior, dado que em 2015 apenas se consideraram 11 faturas e no corrente ano 13 faturas (as 12 do ano mais a fatura de dezembro do ano anterior).

Em termos de estrutura, em 2016, houve por isso uma alteração da distribuição das transferências e subsídios concedidos, conforme se pode observar no gráfico 12. As “Transferências correntes” são as que detêm maior representação nas despesas realizadas com transferências e subsídios, com 47%, seguidas dos “Subsídios correntes” que diminuíram para os 36%.

Gráfico 12 – Distribuição das transferências e subsídios concedidos



2.1.5. Movimentos de tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o saldo positivo apresentado no quadro 18, o qual irá transitar para a gerência seguinte.

Quadro 18 – Resumo da conta de gerência

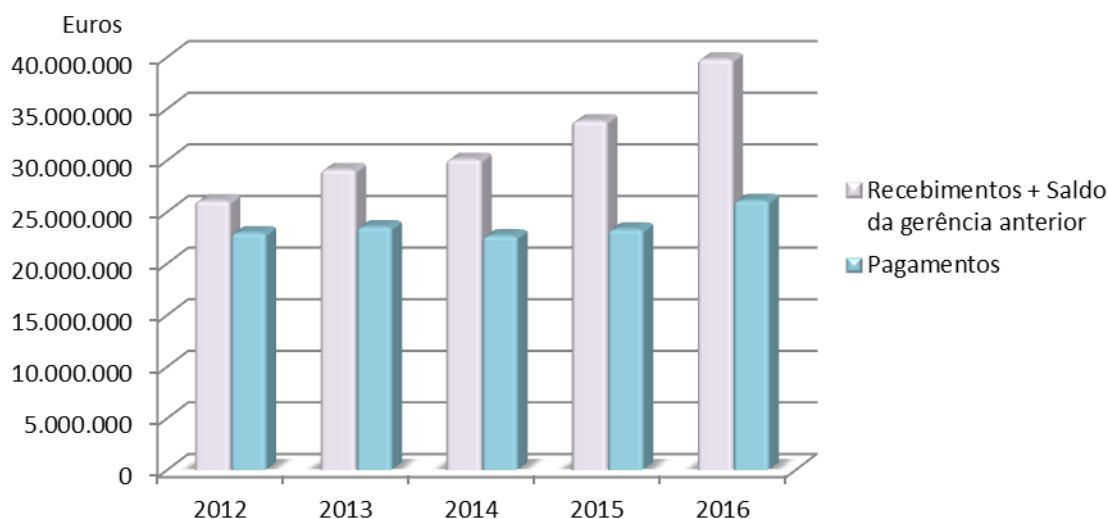
Unidade: €

Capítulos	2016			2015		
	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo da Gerência anterior	10.491.882	151.778	10.643.660	7.423.631	183.753	7.607.384
Receitas arrecadadas	27.513.343	1.674.009	29.187.352	26.410.725	1.820.338	28.231.063
Despesas pagas	24.437.715	1.676.186	26.113.901	23.342.474	1.852.313	25.194.787
Saldo a transitar para gerência seguinte	13.567.510	149.601	13.717.111	10.491.882	151.778	10.643.660

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos em 2016, verifica-se que a receita arrecadada¹⁵ neste ano, comparativamente com 2015, sofreu um aumento de cerca de 1,1 milhões de euros que compensou o aumento das despesas pagas. Pelo que, sendo as receitas arrecadadas superiores às despesas pagas em cerca de 3 milhões, o saldo a transitar para o ano de 2017 apresenta um crescimento dessa ordem, totalizando os €13.717.11, o qual se decompõe em €13.567.510 de saldos de operações orçamentais e €149.601 de operações de tesouraria.

No gráfico 13, é demonstrada a evolução dos recebimentos e pagamentos orçamentais dos últimos 5 anos, onde se encontra ilustrado o crescimento da diferença entre os recebimentos e os pagamentos desde 2012, revelando um constante aumento do saldo da gerência.

Gráfico 13 – Evolução dos recebimentos e pagamentos orçamentais



Em termos de garantias e caucões, no ano de 2016, receberam-se €534.969 e devolveram-se €452.238, o que resultou num ligeiro aumento no saldo a transitar para 2017, €2.345.466. Este saldo é composto por garantias e caucões tituladas em papel e em depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores

¹⁵ A receita arrecadada é a receita que efetivamente foi cobrada.

de imobilizado e arquivadas por entidade de origem.

Quadro 19 – Garantias e cauções

Unidade: €	
Descrição	Total
Saldo Inicial	2.262.735
Cauções rececionadas	534.969
Cauções devolvidas	452.238
Saldo a transitar para 2016	2.345.466

É importante referir que houve um aumento no montante das cauções devolvidas, fruto da aplicação da nova legislação, Lei n.º 190/2012 de 22 de agosto, que permite libertações parciais.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas.

2.2. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os mapas que se seguem, dão cumprimento ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial do Município a 31 de Dezembro de 2016.

2.2.1. Análise ao balanço

O quadro 20, espelha, os ativos, os fundos próprios e os passivos do Município de Tavira em termos gerais, registaram uma diminuição de 2,63%, ou seja menos €6.450.486 que no ano anterior.

A diminuição deveu-se essencialmente ao facto de no corrente ano os resultados, que incluem os “Resultados transitados” e o RLE¹⁶, terem passado a ser negativos por força da acumulação de resultados de exercício negativos ao longo de vários anos, e que são normais a partir do momento em que o Município tem reconhecido o seu vasto património.

Quadro 20 – Balanço sintético

Unidade: €

Designação	2016		2015		Variação 2015-2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso	%	€
Ativo líquido						
Imobilizado	215.818.939	90,23%	224.487.138	91,39%	-3,86%	-8.668.199
Existências	416.891	0,17%	392.533	0,16%	6,21%	24.358
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	7.902	0,00%	7.902	0,00%	0,00%	0
Dívidas de terceiros - curto prazo	860.412	0,36%	872.664	0,36%	-1,40%	-12.252
Disponibilidades	13.717.111	5,73%	10.643.660	4,33%	28,88%	3.073.451
Acréscimos e diferimentos	8.370.068	3,50%	9.237.911	3,76%	-9,39%	-867.844
						0
Total do Ativo	239.191.323	100%	245.641.809	100%	-2,63%	-6.450.485
Fundos próprios						
Património	203.846.523	85,22%	203.818.828	82,97%	0,01%	27.695
Reservas	8.689.957	3,63%	8.688.262	3,54%	0,02%	1.695
Resultados	-1.671.988	-0,70%	3.522.115	1,43%	-147,47%	-5.194.103
	210.864.492	88,16%	216.029.205	87,94%	-2,39%	-5.164.713
Passivo						
Provisões	672.347	0,28%	0	0,00%	---	672.347
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	10.844.743	4,53%	12.473.728	5,08%	-13,06%	-1.628.985
Dívidas a terceiros - curto prazo	2.117.403	0,89%	2.616.350	1,07%	-19,07%	-498.947
Acréscimos e diferimentos	14.692.338	6,14%	14.522.526	5,91%	1,17%	169.812
	28.326.831	11,84%	29.612.604	12,06%	-4,34%	-1.285.773
						0
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	239.191.323	100%	245.641.809	100%	-2,63%	-6.450.486

16 RLE – Resultado líquido do exercício.

Em relação ao “Ativo Líquido” registou-se a referida redução, fruto da diminuição normal no “Imobilizado”, cerca de 8,6 milhões de euros (3,86%), que resultaram da amortização do exercício, e um aumento relevante das disponibilidades, cerca de 3 milhões de euros (28,88%). No que toca ao passivo, importa relevar a redução das dívidas, quer de curto prazo (19,07%), quer de médio longo prazo (13,06%).

Quadro 21 – Indicadores ao Balanço

	Unidade: €	
Indicadores	2016	2015
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo / Ativo total	90,23%	91,39%
Ativo circulante / Ativo total	9,77%	8,61%
Ativo fixo / Ativo circulante	923,39%	1061,17%
Estrutura do passivo		
Passivo médio e longo prazo / Passivo exigível	83,66%	82,66%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	16,34%	17,34%
Passivo curto prazo / Passivo médio e longo prazo	19,52%	20,97%
Análise ao ativo fixo		
Ativo fixo / Endividamento de médio e longo prazo	1990,08%	1799,68%
Amortizações do exercício / Variação imobilizado	-122%	-130%
Análise do passivo exigível		
Passivo exigível / Fundos próprios	6,15%	6,99%
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	1,00%	1,21%
Exigível a médio e longo prazo / Fundos próprios	5,14%	5,77%
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado corpóreo	11,65%	13,20%
Grau de autonomia		
Fundos próprios / Ativo	88,16%	87,94%
Índice de liquidez imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	647,83%	406,81%
Índice de Solvência		
Ativo / Passivo exigível	16,93	15,67

No quadro 21, podemos observar alguns indicadores económico-financeiros que, em termos gerais, evidenciam um desempenho financeiro positivo do Município de Tavira, podendo-se constatar o seguinte:

- A estrutura do ativo em 2016 mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2015. A descida em termos globais, resulta de uma ligeira diminuição do ativo fixo da autarquia, por contrapartida do reforço da representatividade do ativo circulante no ativo total;
- O passivo sofreu ligeiras alterações na sua estrutura, em comparação com o ano anterior, mantendo-se o maior peso do passivo de médio longo prazo, no passivo exigível¹⁷, com um peso de

¹⁷ O passivo exigível resulta da soma da dívida a terceiros de curto, médio e longo prazo.

86,66%;

- A autarquia possui um ativo fixo elevado o que serve de garantia perante as entidades financiadoras;
- Mantem-se uma relação negativa entre as amortizações do exercício e a variação de Imobilizado, face à diminuição do ativo fixo em 2016;
- A capacidade do Município de Tavira de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, aumentou ligeiramente para os 88,16%;
- O índice de liquidez imediata mantém-se extremamente elevado, resultado do aumento acentuado das disponibilidades e da diminuição do exigível a curto prazo, atingindo os 647,83%, ou seja as disponibilidades cobrem largamente a dívida de curto prazo;
- O índice de solvência demonstra claramente a capacidade do Município de Tavira em cumprir os seus compromissos, tendo subido face ao ano anterior.

2.2.2. Análise à demonstração de resultados

O quadro da demonstração de resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do Município de Tavira no ano de 2016.

Quadro 22 – Demonstração de resultados por natureza

Unidade: €

Designação	2016		2015		Variação 2015-2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso	%	Valor
Custos e perdas	32.424.465	100%	29.540.627	100%	9,76%	2.883.839
CMVMC	427.000	1,32%	479.104	1,62%	-10,88%	-52.104
Fornecimento e serviços externos	5.247.151	16,18%	4.744.846	16,06%	10,59%	502.305
Pessoal	8.225.146	25,37%	8.754.476	29,64%	-6,05%	-529.330
Transf. e subsídios correntes concedidos	3.691.317	11,38%	3.336.972	11,30%	10,62%	354.344
Amortizações do exercício	10.599.632	32,69%	10.367.112	35,09%	2,24%	232.520
Provisões do exercício	1.001.107	3,09%	0	0,00%	---	1.001.107
Outros custos operacionais	59.182	0,18%	57.316	0,19%	3,26%	1.866
Custos e perdas financeiras	155.632	0,48%	126.893	0,43%	22,65%	28.738
Custos e perdas extraordinárias	3.018.299	9,31%	1.673.908	5,67%	80,31%	1.344.392
Proveitos e ganhos	27.230.362	100%	26.539.149	100%	2,60%	691.213
Vendas e prestações de serviços	1.326.978	4,87%	1.209.090	4,56%	9,75%	117.888
Impostos e taxas	15.517.493	56,99%	14.431.113	54,38%	7,53%	1.086.380
Transferências e subsídios correntes	7.455.492	27,38%	8.246.346	31,07%	-9,59%	-790.854
Proveitos financeiros	2.142.727	7,87%	2.200.486	8,29%	-2,62%	-57.758
Proveitos e ganhos extraordinários	787.672	2,89%	452.114	1,70%	74,22%	335.558
Resultado líquido do exercício	-5.194.103	100%	-3.001.478	100%	73,05%	2.192.626

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2016, registaram um crescimento acentuado de €2.883.839 (9,76%), face a 2016, devido por um lado ao reconhecimento de cerca de 1 milhão de euros de provisões, referente essencialmente a processos que decorrem em tribunais, e por outro lado ao aumento dos custos e perdas extraordinários que se prenderam com regularizações de amortizações decorrentes da transferência de imobilizado em curso para definitivo.

Quanto aos proveitos e ganhos, estes registaram em 2016, um aumento €691.213 (2,60%) em comparação com 2015. Principalmente motivado pelo forte aumento dos “Impostos e Taxas” (€1.086.380) onde se incluem os impostos diretos, indiretos e taxas.

Da diferença entre custos e proveitos, verifica-se um resultado líquido do exercício negativo de €5.194.103 devido, sobretudo, ao montante expressivo das amortizações do exercício (€10.599.146), aos custos com pessoal (8.225.146) e ao fornecimento e serviços externos (€5.247.151).

2.2.3. Dívida

2.2.3.1. Dívida global

A gestão da dívida deve-se pautar por princípios como o rigor e o forte controlo. Neste sentido, a realização de despesa deve sempre ter em conta as receitas do Município, de forma a não comprometer o futuro.

Quadro 23 – Evolução da dívida

Unidade: €

Designação	2016		2015		Variação 2015-2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso	€	%
Curto prazo	448.491	3,68%	838.789	6,30%	-390.298	-46,53%
Fornecedores c/c	3.066	0,03%	1.037	0,01%	2.029	195,59%
Fornecedores c/c em conferência	132.101	1,08%	233.276	1,75%	-101.174	-43,37%
Fornecedores de imobilizado	267.854	2,20%	517.329	3,89%	-249.476	-48,22%
Fornec. Imob em conferência	26.565	0,22%	8.769	0,07%	17.796	202,96%
Estado	15.011	0,12%	74.701	0,56%	-59.690	-79,90%
Factoring	0	0,00%	0	0,00%	0	--
Outros credores	3.893	0,03%	3.677	0,03%	217	5,89%
Médio e longo prazo	11.729.661	96,32%	12.473.728	93,70%	-744.067	-5,97%
Empréstimos excecionados	5.383.282	44,20%	6.098.759	45,81%	-715.477	-11,73%
Empréstimos não excecionados	5.461.461	44,85%	6.374.968	47,89%	-913.507	-14,33%
FAM	884.918	7,27%	1.061.900	7,98%	-176.982	-16,67%
TOTAL	12.178.151	100%	13.312.516	100%	-1.134.365	-8,52%

No quadro 23, é apresentada a evolução da dívida do Município de Tavira, onde se comprova a redução

desta em 2016, de 8,52% (€1.134.365) face ao ano anterior.

A dívida de curto prazo registou um decréscimo de 46,53%, situando-se nos €448.491, das quais cerca de €150.000 refere-se a faturas em conferência e cerca €267.000 a dívida ao Ginásio Clube de Tavira, que resulta de uma escritura de direito de superfície do campo de futebol, cujo pagamento ocorre de forma mensal ao longo da duração deste.

A dívida de médio e longo prazo diminuiu 5,97%, para os €11.729.661, que resultou da amortização normal de empréstimos e do FAM¹⁸.

Quadro 24 – Empréstimos de médio e longo prazo

Designação	2016	2015	Variação 2015-2016	
			€	%
Empréstimos excecionados	5.461.461	6.098.759	-637.298	-10,45%
Horta do Carmo / 67 fogos - CGD (23/987/19)	1.135.130	1.260.514	-125.384	-9,95%
Horta do Carmo / 57 fogos - CGD (22/087/19)	372.730	429.830	-57.100	-13,28%
Atalaia / 66 fogos - CGD (467/587/19)	1.147.759	1.261.605	-113.845	-9,02%
Horta do Carmo / 64 fogos - INH (1992)	121.480	181.694	-60.215	-33,14%
Atalaia - INH (1993)	143.382	183.819	-40.437	-22,00%
Atalaia / 66 fogos - CGD (s/bonif.) (467/587/27)	311.629	342.163	-30.534	-8,92%
III QCA - EM 504 - CGD (945/687/19)	8.215	16.430	-8.215	-50,00%
III QCA - EM Alcaria Fria - CGD (944/887/19)	10.706	21.412	-10.706	-50,00%
Hab Social Stª Catarina (bonif) - CGD (983/987/19)	499.124	543.507	-44.383	-8,17%
Hab Social Stª Catarina (ñ bonif) CGD (939/187/19)	101.260	117.446	-16.186	-13,78%
Hab. Social Quinta Salinas - BPI	1.546.278	1.671.310	-125.032	-7,48%
Tavira Digital (948/087/19)	2.704	4.055	-1.352	-33,33%
Hab.Social Bairro Jara (90150023742870019)	61.065	64.974	-3.909	-6,02%
Empréstimos não excecionados	5.383.282	6.374.968	-991.687	-15,56%
Horta do Carmo / Inst. diversas - CGD (24/787/19)	802.864	1.001.733	-198.868	-19,85%
Parque industrial - BPI (830-001/0665)	399.038	532.051	-133.013	-25,00%
Cine-teatro - CCA (5843)	487.452	584.913	-97.461	-16,66%
Terreno sítio Cara de Pau - CCA (5671)	168.537	196.048	-27.511	-14,03%
Equipamentos Diversos - CCA (5494)	363.941	422.836	-58.895	-13,93%
Financia/º de Investimentos 2003 - BES (112108)	259.136	296.421	-37.285	-12,58%
Financia/º de Investi/º 2004 (150/987/19)	361.022	405.205	-44.183	-10,90%
Hab.Social Fracção H - Lote 11 (1654/187/19)	25.613	27.489	-1.876	-6,82%
Investimentos 2009 - CGD (9015/006431/391)	2.383.045	2.552.116	-169.070	-6,62%
Investimentos de Imobilizado - BPI (6102232010153)	52.642	261.923	-209.282	-79,90%
Recuperação da Igreja das Ondas - QREN -IFDR	79.992	94.234	-14.242	-15,11%
TOTAL	10.844.743	12.473.728	-1.628.985	-13,06%

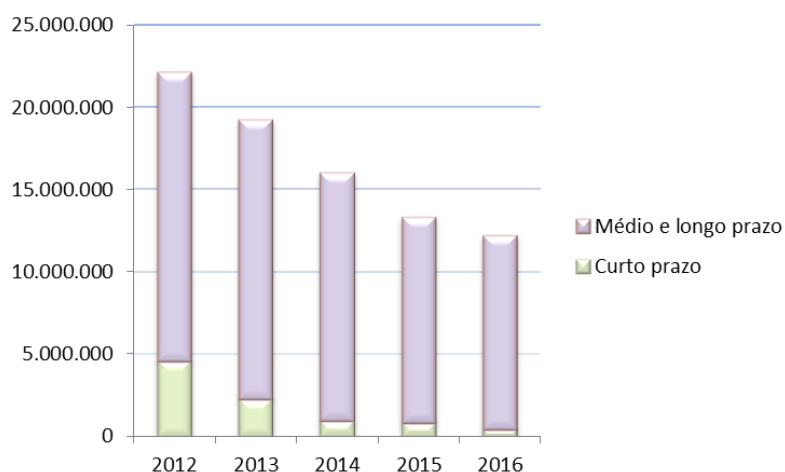
No que concerne aos empréstimos, no quadro 24 constam os vários empréstimos de médio e longo prazo que se encontram a ser amortizados e que sofreram uma redução de 13,06%, faltando apenas amortizar

¹⁸ FAM – Fundo de apoio financeiro (instrumento criado pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, que obrigou os municípios a contribuírem para o capital social, amortizando a sua participação ao longo de 7 anos).

€10.844.743, dos quais €5.461.461 são empréstimos excecionados e que não relevam para efeitos da dívida.

Importa ainda referir, que o Município tem a sua dívida a fornecedores regularizada, não tendo qualquer pagamento em atraso a 31 de dezembro de 2016.

Gráfico 14 – Evolução da dívida

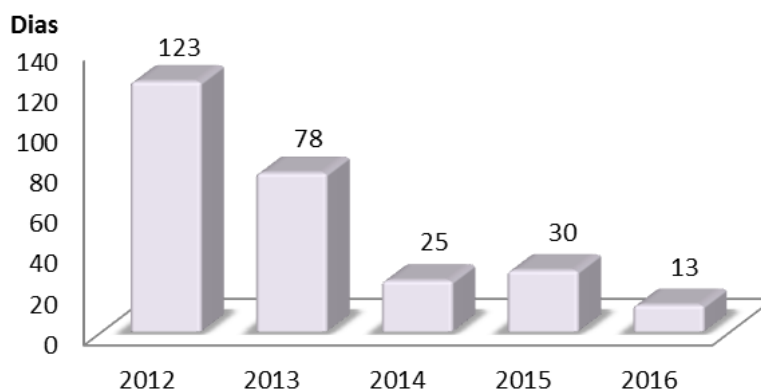


No gráfico 14, é ilustrada a evolução da dívida nos últimos 5 anos, onde se destaca a forte descida da dívida, quer de curto prazo, quer de médio e longo prazo.

2.2.3.2. Prazo médio de pagamento a fornecedores

No que concerne ao prazo médio de pagamento a fornecedores, pode-se observar no gráfico 15 a evolução deste nos últimos 5 anos, onde se destaca a forte diminuição, desde os 123 dias registados em 2012 para apenas 13 dias em 2016.

Gráfico 15 – Evolução do prazo médio de pagamento a fornecedores



Os dados apresentados foram apurados pela DGAL, e resultam da aplicação da fórmula constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2008 de 2 de fevereiro.

2.2.3.3. Serviço da dívida

A análise que se segue compreende no quadro 25 a informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município de Tavira em 2016, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

Quadro 25 – Evolução do serviço da dívida

Designação	2016	2015	Variação 2015-2016	
			€	%
Juros	149.988	121.438	28.550	23,51%
Amortização	1.628.985	2.556.251	-927.266	-36,27%
Total	1.778.973	2.677.689	-898.716	-33,56%
Indicadores				
Juros / Despesa total	0,61%	0,52%	---	---
Amortizações / Despesa total	6,66%	10,95%	---	---
Serviço da dívida / Despesa total	7,28%	11,47%	---	---

Neste âmbito, assiste-se a uma diminuição do serviço da dívida de 33,56% (€898.716), por força da diminuição das amortizações no corrente ano, uma vez que em 2015, para além das amortizações normais de empréstimos ocorreu o pagamento antecipado do empréstimo PAEL.

O serviço da dívida tem um peso na despesa do Município em 2016 de 7,28%. Tendo reduzido face ao ano anterior.

2.2.3.4. Dívida total

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, houve alterações significativas no que se refere ao controlo da dívida da autarquia, caindo o termo “*Endividamento líquido municipal*” para surgir o de “*Dívida total*”.

Sendo assim, no corrente ano, apenas existiu um único limite - o limite da dívida total, que conforme pode ser observado no quadro 26, é de €34.864.844.

Este limite é apurado em cada ano de acordo com 1,25 vezes a média da receita corrente líquida nos três

exercícios anteriores, n.º 1 do artigo 52.º da referida Lei.

Quadro 26 – Limite da dívida total

Unidade:€	
Designação	Valor
Receita corrente líquida	
2013	22.141.282
2014	22.635.997
2015	24.952.410
Média da receita dos 3 anos	23.243.230
Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	34.864.844

Por sua vez, o montante da “*Dívida total*” resulta do total das operações orçamentais do município, o que engloba toda a dívida da autarquia, desde o curto ao médio/longo prazo, n.º 2 do mesmo artigo. Com a agravante de que existem determinadas circunstâncias que determinam que alguns resultados de certas entidades, nas quais a autarquia detenha participações possam ser considerados dívida da autarquia na devida proporção da participação.

Quadro 27 – Apuramento da dívida total

Unidade:€	
Contas patrimoniais	2016
Fornecedores, c/c	3.066
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	132.101
Empréstimos bancários	10.844.743
Estado e outros entes públicos	81.647
Fornecedores de imobilizado, c/c	267.854
Fornecedores de Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	26.565
Pessoal	250
Sindicatos	1.329
Credores diversos	888.774
Credores de transferências das autarquias locais	38
Credores OT	81.393
Adiantamentos por conta de vendas	634.387
Total em dívida	12.962.146
FAM	884.918
Valores em OT	149.608
Total da dívida orçamental	11.927.620
Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	34.864.844
MARGEM	22.937.224

Portanto, em 1.º lugar importa apurar qual a dívida total da autarquia, independentemente dos resultados de outras entidades que sejam relevantes para efeitos de limite da dívida total, artigo 54.º da Lei

anteriormente referida. Assim, podemos verificar através do quadro 27, que a dívida total do Município de Tavira em 2016 é de apenas €11.927.620, ficando muito aquém do limite imposto, e obtendo assim uma margem de €22.937.224.

No que diz respeito às entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total, é importante referir que no caso do Município de Tavira existem 4 tipos de situações:

- As empresas municipais, como é o caso da *“EMPET – Parques Empresariais de Tavira EM”* e da *“TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM”*, que quando se encontram desequilibradas tem de ser efetuada uma transferência para efeitos de reequilíbrio na proporção da participação, conforme o artigo 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo relevante para a dívida total do Município caso a transferência não ocorra, e somente neste caso. Assim, importa referir que todas as empresas municipais apresentaram as suas contas equilibradas.
- As sociedades participadas no caso de apresentarem resultados negativos, reverte para a dívida total no montante correspondente à participação da autarquia nessa sociedade. O Município tem participações nas *“Águas do Algarve SA; POLIS – Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, SA”*; *“AGETAV – Agência de Desenvolvimento de Tavira, SA”*; *“ALGAR – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, SA”*; *“Globalgarve – Cooperação e desenvolvimento, SA”*;
- A dívida das cooperativas releva para a do Município na proporção da participação independentemente do seu resultado (positivo ou negativo). O Município pertence à *“ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL”* e à *“CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Sotavento Algarvio”*;
- As associações intermunicipais relevam também para a dívida da autarquia proporcionalmente à quota. O Município pertence à *“ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses”*, à *“CIAMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve”* e à *“APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico”*.

Assim, em bom rigor só após a apresentação de resultados de todas estas entidades é que se poderá concluir qual o montante da dívida total do Município de Tavira em 2016. No entanto, face à larga margem de que se dispõe não se prevê que estas possam afetar de forma à ultrapassagem do limite. No ponto 8.2.16 das demonstrações financeiras constam dados mais detalhados destas participações.

Caso a autarquia por algum motivo vier a incumprir este limite, deverá reduzir no exercício subsequente pelo menos 10% do montante em excesso, sem prejuízo de ter de recorrer ao mecanismo de saneamento financeiro ou recuperação financeira. E caso cumpra, só poderá aumentar o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Ou seja, se tivermos em conta apenas o montante da dívida da autarquia, para o ano de 2017 poderá

augmentar em cerca de 4,5 milhões a sua dívida em relação ao ano de 2016.

2.2.4. Contabilidade de custos

Em 2011, foi implementada a contabilidade de custos, conforme determina o ponto 2.8.3 do POCAL.

A contabilidade de custos, como o próprio nome indica, tem por finalidade efetuar diferentes reclassificações de custos de forma a se obter informação sobre os custos, por cada função, bem ou serviço. Para este apuramento de custos poderiam ser utilizados diversos sistemas de custeio, no entanto, o POCAL obriga à utilização do sistema de custeio total (ponto 2.8.3.2).

Quadro 28 – Evolução dos custos por função

Funções		2015		2016		Variação do Total	
		Valor	Peso	Valor	Peso	2015-2016	
1	Funções gerais	2.318.761	12,02%	2.496.928	12,29%	-178.167	-7,14%
1.1.1	Administração geral	2.044.759	10,60%	2.237.980	11,02%	-193.221	-8,63%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	274.002	1,42%	258.948	1,28%	15.054	5,81%
2	Funções sociais	5.580.656	28,92%	6.106.545	30,07%	-525.889	-8,61%
2.1.1	Ensino não superior	1.007.639	5,22%	959.159	4,72%	48.480	5,05%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	209.224	1,08%	259.911	1,28%	-50.687	-19,50%
2.3.2	Ação social	113.355	0,59%	100.355	0,49%	12.999	12,95%
2.4.1	Habituação	287.895	1,49%	316.625	1,56%	-28.729	-9,07%
2.4.2	Ordenamento do território	27.755	0,14%	30.191	0,15%	-2.436	-8,07%
2.4.3	Saneamento	120.502	0,62%	119.511	0,59%	991	0,83%
2.4.4	Abastecimento de água	256.480	1,33%	271.786	1,34%	-15.307	-5,63%
2.4.5	Resíduos sólidos	2.516	0,01%	3.073	0,02%	-557	-18,11%
2.4.6	Proteção do meio ambiente	2.081.669	10,79%	2.264.995	11,15%	-183.326	-8,09%
2.5.1	Cultura	858.434	4,45%	1.114.723	5,49%	-256.289	-22,99%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	589.852	3,06%	643.136	3,17%	-53.284	-8,29%
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	25.336	0,13%	23.080	0,11%	2.256	9,78%
3	Funções económicas	10.262.164	53,18%	10.609.691	52,24%	-347.527	-3,28%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5.882	0,03%	6.137	0,03%	-254	-4,14%
3.2.0	Indústria e energia	964.263	5,00%	1.155.035	5,69%	-190.772	-16,52%
3.3.1	Transportes rodoviários	9.089.033	47,10%	9.234.703	45,47%	-145.670	-1,58%
3.3.2	Transportes aéreos	821	0,00%	2.658	0,01%	-1.836	-69,10%
3.3.3	Transportes fluviais	10.597	0,05%	25.188	0,12%	-14.591	-57,93%
3.4.1	Mercados e feiras	191.568	0,99%	185.970	0,92%	5.598	3,01%
4	Outras funções	1.134.355	5,88%	1.096.485	5,40%	37.870	3,45%
4.1.0	Operações da dívida autárquica	103.176	0,53%	80.022	0,39%	23.154	28,93%
4.2.0	Transferência entre administrações	799.093	4,14%	804.449	3,96%	-5.356	-0,67%
4.3.0	Diversas não especificadas	232.087	1,20%	212.015	1,04%	20.072	9,47%
TOTAL		19.295.937	100%	20.309.649	100%	-1.013.712	-4,99%

O sistema de custeio total pressupõe que todos os custos são repartidos pelas funções, bens ou serviços. Podem, contudo, existir custos não incorporáveis, ou seja, custos que não devem ser imputados a qualquer função, bem ou serviço. Pelo que, foram considerados custos não incorporáveis os custos das contas: 65

exceto a 658; 67; 68 exceto 683 e 69 exceto 691 e 696.

Face ao exposto, é possível obter os documentos estipulados no ponto 2.8.3.6 do POCAL: Materiais (CC1); Cálculo de custo/hora da Mão-de-obra (CC2); Mão-de-obra (CC3); Cálculo do custo/hora de Máquinas e viaturas (CC4); Máquinas e viaturas (CC5); Apuramentos de custos indiretos (CC6); Apuramento de custos de bem ou serviço (CC7); Apuramento de custos diretos da função (CC8) e Apuramento de custos por função (CC9).

No quadro 28 é demonstrada a evolução dos custos por função, onde se verifica que em 2016 houve uma redução de 4,99% dos custos, cerca de 1 milhão de euros, face ao ano anterior.

De referir ainda, que os principais custos do Município residem na função 331 Transportes rodoviários, com 45,47% (abrange as amortizações do exercício com viadutos, construção e reparação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização), seguida da 246 Proteção de meio ambiente e construções naturais com 11,15% e da 111 Administração geral com 11,02%.

3. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do Município de Tavira que foi efetuada ao longo deste relatório, constata-se que:

- O Município de Tavira tem um grau de autonomia financeira de 72%;
- É cumprido o “Princípio do equilíbrio” orçamental previsto no ponto 3.1.1 do POCAL, tendo havido uma poupança corrente no montante €8.398.794;
- O Município de Tavira encontra-se devidamente equilibrado de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, tendo uma margem de €6.461.656;
- Execução orçamental da receita de 103,56% e da despesa de 66,59%;
- Aumento da receita em 12,33% (€4.170.869) em termos globais. No entanto, se considerarmos apenas as receitas correntes e as de capital o aumento foi de 4,17% (€1.100.521);
- A despesa realizada aumentou 4,70% (€1.100.521);
- As despesas com pessoal diminuíram 7,84% (€685.973), principalmente devido à denúncia do contrato de execução da educação;
- O saldo da gerência a transitar para o ano de 2017 é de €13.567.510;
- Resultado líquido negativo, no valor de €5.194.103, devido sobretudo ao montante elevado das amortizações, as quais atingem o montante de €10.599.632;
- Redução da dívida em cerca de 1,1 milhões de euros, passando a representar apenas cerca 12,1 milhões de euros;
- Cumprimento do limite da dívida total, com uma margem de €22.937.224 o que permite que no ano 2017 se possa aumentar a dívida em cerca de 4,5 milhões de euros (20% da margem de 2016);

Paços do Concelho, 9 de fevereiro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal,

Jorge Botelho

4. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos das prestações de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas. Estas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos que não são aplicáveis ao Município.

Os mapas financeiros e registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os definidos no ponto 3.2 do POCAL.

8.1 Caracterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do Município de Tavira acompanha a prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas.

8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.2 No ano 2016, não houve nenhuma alteração de critérios, pelo que todas as contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

8.2.3 Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

Imobilizado

O imobilizado adquirido no decorrer do ano 2016, foi valorizado ao custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1. – Imobilização do POCAL.

Amortizações

De acordo com o estabelecido no ponto 2.7.2 do POCAL, as amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes, sendo que a taxa de amortização de cada bem corresponde à fixada no classificador CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril.

As amortizações do exercício são efetuadas por duodécimos.

Existências

Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado como critério o custo de aquisição, conforme o ponto 4.2.1 do POCAL, tendo sido adotado o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Provisões

As provisões para cobrança duvidosa correspondem aos montantes anuais em dívida cuja mora é superior a um ano e cujo risco está devidamente justificado. Conforme o disposto no ponto 2.7.1 do POCAL.

Remunerações a liquidar

A rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo, compreende uma estimativa dos encargos com férias e mês de férias do ano seguinte.

Esta destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2016, perante os funcionários, pelos seus serviços prestados, a regularizar em 2017.

Acréscimos e diferimentos

A autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

8.2.6. Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento

Encontram-se contabilizados na rubrica de despesas de investigação e de desenvolvimento os projetos de redes de águas.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante este exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço, encontram-se espelhados no quadro que se segue:

Ativo Bruto

Unidade: €

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Abates/ Transferências	Saldo Final
De Bens de domínio público	188.793.505	27.695	2.800.903	0	580.601	192.202.703
Terrenos e recursos naturais	46.691.872	0	0	0	0	46.691.872
Edifícios	45.000	0	0	0	0	45.000
Outras construções e infra-estruturas	122.043.045	27.695	0	0	5.366.766	127.437.507
Imobilizações em curso	20.013.587	0	2.800.903	0	-4.786.165	18.028.325
De Imobilizações incorpóreas	0	0	79.991	0	0	790.502
Despesas de investigação e desenvolvimento	200.078	0	0	0	0	200.078
Imobilizações em curso	510.433	0	79.991	0	0	590.424
De Imobilizações Corpóreas	119.976.002	0	1.180.430	37.675	-823.533	120.295.224
Terrenos e recursos naturais	22.082.057	0	0	4.757	-24.273	22.053.028
Edifícios e outras construções	51.874.806	0	0	14.271	1.144.322	53.004.857
Equipamento básico	7.827.852	0	162.036	18.647	-95.109	7.876.132
Equipamento de transporte	1.083.901	0	264.002	0	-16.403	1.331.500
Ferramentas e utensílios	40.016	0	0	0	0	40.016
Equipamento administrativo	3.285.940	0	63.790	0	-38.653	3.311.077
Outras imobilizações corpóreas	2.251.066	0	65.136	0	76.669	2.392.871
Imobilizações em curso	30.579.085	0	625.466	0	-1.870.086	29.334.465
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	951.279	0	0	0	0	951.279
De Investimentos Financeiros	4.788.588	0	0	24.950	0	4.763.638
Partes de capital	3.536.706	0	0	24.950	0	3.511.756
Obrigações e títulos de participação	1.251.882	0	0	0	0	1.251.882
TOTAL	313.558.094	27.695	4.061.324	62.625	-242.932	317.466.807

Mapa das Amortizações e Provisões

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	64.210.265	8.988.946	-1.789.455	74.988.666
Edifícios	45.000	0	0	45.000
Outras construções e infra-estruturas	64.165.265	8.988.946	-1.789.455	74.943.666
De Imobilizações Corpóreas	25.497.044	1.610.686	-60.327	27.168.057
Edifícios e outras construções	12.494.937	1.081.832	-162.281	13.739.049
Edifícios	10.498.486	938.359	-118.750	11.555.595
Outras construções	1.996.451	143.473	-43.531	2.183.455
Equipamento básico	6.929.771	259.915	115.305	7.074.380
Equipamento de transporte	1.038.473	11.973	16.403	1.034.044
Ferramentas e utensílios	39.496	178	0	39.674
Equipamento administrativo	2.964.532	131.715	38.750	3.057.497
Outras imobilizações corpóreas	2.029.835	125.073	-68.504	2.223.413
De Investimentos Financeiros	74.157	0	0	74.157
Partes de capital	74.157	0	0	74.157
TOTAL	89.781.467	10.599.632	-1.849.782	102.230.881

8.2.8. Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do Município de Tavira ainda não se encontra totalmente concluído, no que diz respeito aos bens de domínio público – bens do património histórico, artístico e cultural, dado que o mesmo carece de ser avaliado por entidades especializadas e até ao momento ainda não foi possível a realização da avaliação.

8.2.12. Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício.

Relação dos direitos de superfície a favor do Município de Tavira:

			Unidade: €
Art.º	Designação		
458	Parcela de terreno p/implantação de um reservatório de Água - Santo Estevão	27.932,68	
7282	Campo de Jogos do Ginásio Clube de Tavira	448.917,00	
1089	Prédio urbano sito em Flor da Feiteira – Cachopo, destinado a centro de convívio	0,00	

Imobilizado cedido a terceiros, o qual poderá ser reversível:

						Unidade: €
Art.º	Designação	Valor	Art.º	Designação	Valor	
2302	Terreno sito em Cabanas de Tavira	44,59	1360	Terreno para Construção de um Lar de Idosos	15.271,20	
1263	Lote 1 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	139,88	1579	Terreno junto ao Centro de Saúde de Tavira	15.961,53	
1264	Lote 2 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	71,82	4064	Lote A – sito na Horta do Carmo	87,19	
1270	Lote 3 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	73,18	4065	Lote B – sito na Horta do Carmo	87,19	
1265	Lote 4 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	147,00	4745	N.º 74e76 R.Poeta E. Costa; e R. J. Joaq. Jara,nº. 65 - B	126.715,76	
1266	Lote 5 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	178,58	33574-R	Terreno sito nas Cachamorras	12.469,95	
1267	Lote 6 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	110,50	4664	Terreno - Loteamento Turmuge - Alvará 5/2002	25.000,00	
1268	Lote 7 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	71,82	5512	Terreno - Jardim de Infancia e Ginásio	106.026,78	
1269	Lote 8 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	67,69	2940	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 2	55.671,85	
1133	Lote 9 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	22,82	2939	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 4	55.671,85	
675-A	Parcela de terreno junto ao Bairro Social de Cabanas	160,00	435	Terreno - Rua dos Mártires da República, nº. 7	55.671,85	
675-B	Parcela de terreno junto ao Bairro Social de Cabanas	110,00	3105	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 1	47.796,32	
3491	Terreno sito em Conceição de Tavira	7.481,97	3106	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 3	47.796,32	
3250	Terreno no sítio da Igreja "Monte Verde"	28.782,59	3107	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 5	47.796,32	
3777	Terreno sito em Conceição de Tavira	423.000,00	3108	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 7	47.796,32	
1489	Terreno sito em Cachopo	339,47	710	Terreno - Rua dos Mártires da República	97.765,20	
3153	Terreno sito em Luz de Tavira	1.496,39	3628	Terreno - Travessa da Com. Lusíada, nº. 5	54.042,43	
1290	Terreno sito em Luz de Tavira	1.496,39	3627	Terreno - Travessa da Com. Lusíada, nº. 3	54.042,43	
2674	Lote B - Bloco 2 - Terreno sito em Luz de Tavira	36,63	3626	Terreno - Travessa da Com. Lusíada, nº. 1	54.042,43	
2442	Lote 5 - Bloco 5 - Terreno sito em Luz de Tavira	241,04	4263	Terreno - Rua dos Mártires da República, nº. 13	74.410,18	
1354	Terreno sito em Luz de Tavira	44,93	4264	Terreno - R. Mártires da República, nº. 11	74.410,18	
3209	Terreno sito na Luz de Tavira	60,53	4111	Terreno - Rua dos Mártires da República, nº. 9	74.410,18	
3832	Lote 1 - Loteamento Municipal Santa Catarina	2.442,96	4356	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 10	74.410,18	
3833	Lote 2 - Loteamento Municipal Santa Catarina	2.442,96	4357	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 12	74.410,18	
3834	Lote 3 - Loteamento Municipal Santa Catarina	2.442,96	4209	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 6	74.410,18	
3840	Lote 9A - Loteamento Municipal Santa Catarina	7.072,52	4210	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 8	74.410,18	
3841	Lote 9B - Loteamento Municipal Santa Catarina	12.818,00	6411	Lote de terreno - Lar de Terceira Idade	150.000,00	
2512	Lote E1 - Loteamento Municipal Santa Catarina	7.330,09	1785	Terreno - Loteamento Taviramar - Alvará 1/2007	96.150,00	
1912	Terreno em Santa Catarina	3.202,28	3486	Terreno sito no Sítio de S. Marcos, para Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos	9.504,00	
2605	Terreno, sito na Urbanização Lagar - Conceição de Tavira	71.640,00	5759	Terreno sito no Sítio de S. Marcos, Santa Maria	5.874,97	
2258	Terreno, Sítio da Gomeira - Alvará de Loteamento 5/86	87.539,03	2661	Terreno sito no Sítio de S. Marcos, para Estação de Compostagem de Verdes	5.400,00	
1523	Terreno, Sítio da Gomeira - Alvará de Loteamento 5/86	29.179,68				

8.2.13. Bens utilizados em regime de locação financeira

A autarquia não efetuou nenhuma aquisição neste regime.

8.2.14 Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

Durante o ano 2016, não houve incorporação de bens de imobilizado que não tenham sido valorizados. Ainda se encontram por avaliar/valorar os bens apresentados no quadro infra exposto.

Unidade: €					
Designação	Matriz	Conservatória	Designação	Matriz	Conservatória
União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira			Prédio urbano - Rua da Bela Fria, nº. 1	552	891/100789
Perímetro Florestal de Tavira	128-R	s/r	Prédio Misto denominado Fradilhao	901 e 33649-R	2447
Freguesia de Cachopo			Prédio urbano - Rua da Bela Fria, nº. 1	552	891/100789
Prédio urbano - Habitação p/médico	1 531	243/930716	Prédio urbano situado em S. Pedro	776	1573/950821
Freguesia de Santa Catarina			Horta D'El Rei - Praceta Teixeira Gomes - Bl.3 - Fracção A - Cave Dtª	1719-A	15929
Prédio Urb. sito em Fonte do Bispo	1 227	2855/19960701	Horta D'El Rei - Praceta Teixeira Gomes - Bloco 3 - Fracção B - Cave Esqª.	1719-B	15929
Prédio Urb. sito em Fonte do Bispo	1 253	2856/19960701	Horta D'El Rei - Praceta Teixeira Gomes - Bloco 4 - Fracção A - Cave Dtª	1721-A	1328/920924
Freguesia de Santa Luzia			Horta D'El Rei - Rua Dr. Silvestre Falcão - Bloco 5 - Fracção A - Cave Dtª	1723-A	15931
Edifício sede da Junta de Freguesia	1 215	585/941115	Horta D'El Rei - Rua Dr. Silvestre Falcão - Bloco 5 - Fracção B - Cave Esqª.	1723-B	15931
União das Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)			Horta Dél Rei - Bloco 6 - Fracção - A - Cave Direita	1725-A	15926
Préd. Urb. - R. Marcelino Franco, 4, 6 e 8	661	14456	Horta Dél Rei - Bloco 6 - Fracção - B - Cave esquerda	1725-B	15926
Préd. Urb. - Confina c/Casa Municipal André Pilarte	727	2581/950621	Quartel da PSP	2 237	323/120986
Edifício dos Paços do Concelho - B	3919-B	238/100486	Quinta da Saúde - Bloco C - Lote 5 - Fracção I (Ocupada c/posto de transf)	2 369	656/110488
Edifício dos Paços do Concelho - C	3919-C	238/100486	Quinta da Saúde - Bloco C - Lote 5 - Fracção J	2 369	656/110488
Largo Santana - Antigo préd. Militar nº. 8	5 515	2868/960916	Quinta da Saúde - Bloco C - Lote 5 - Fracção k	2 369	656/110488
Prédio Urb. - Largo Santana - Igr. Santana	5 516	2870/960916	Quartel dos Bombeiros	3 111	1489/940725
Rua Tavira de Durango, Bloco 1 - r/c Esqª. - Frac. B	5718-B	2411/940628	Igreja de S. Sebastião - Campo dos Mártires da República	3 225	1559/950530
Rua Tavira de Durango, Bloco 1 - 1ª. Esqª. - Frac. D	5718-D	2411/940628	Prédio urbano Igreja de Nossa Srª. Do Rosário	3 227	1560/950530
Rua Tavira de Durango, nº. 3 - 2ª. Dtª. - Fracção E	5719-E	2409/940628	Terreno sito na Bela Fria	4 206	1851/991126
Rua Tavira de Durango, nº. 3 - 2ª. Esqª. - Fracção F	5719-F	2409/940628	Adro do Judeu - Terreno para construção - Cedência do alvará nº. 3/86	3 574	854/091288
Rua Tavira de Durango, nº. 5 - r/c Dtª. - Fracção A	150-A	2410/940628	Terreno - Atalaia	2 773	124/030785
Prédio rústico denominado Ilha de Tavira	33633-R	14667	Bela Fria - Terreno para construção		16562
Prédio Misto denominado Fradilhao	901 e 33649-R	2447	Bela Fria - Terreno para construção		1274/920427
União das Freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão			Terreno - Adro do Judeu - Lar - Jardim de Infância	3 750	3072/20130214
			Terreno - Loteamento Alconru - Alvará 2/2009	7 604	5867/20090910
			Edifício sede da Junta de Freguesia	1 848	1075/950214

8.2.15 Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Os terrenos não são objeto de amortização, de acordo com a Portaria n.º 671/2000 de 17 Abril.

8.2.16 Entidades participadas

Em conformidade com a resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro, os órgãos executivos devem enviar, conjuntamente com os respetivos documentos da prestação de contas, o mapa das participações da entidade conforme o anexo 1 dessa resolução.

Neste sentido, os quadros seguintes foram elaborados com base nos modelos que constam da referida resolução.

A. Participações em entidades societárias

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios Monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	504761510	Societária	74140	331.797	19.952	6,01%	19.952	19.952		Em situação de Insolvência
Águas do Algarve, SA	505176300	Societária	41000	29.825.000	678.400	2,27%	678.400	678.400		
ALGAR - Valorização e tratamento de Resíduos Sólidos, SA	503600270	Societária	90020	7.500.000	159.675	2,13%	159.675	159.675		
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio	501073035	Societária	64190	18.508.950	500		500	500		
EMPET - Parques Empresariais de Tavira , E.M.	505873567	Societária	70110	498.798	478.846	96,00%	478.846		478.846	Empresa Municipal
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras pessoas de direito público	84114	650.000.000	1.238.882	0,27%	353.964	353.964		
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	503420360	Societária	75113	279.500	2.500	0,89%	2.500	2.500		Em situação de Insolvência
Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa	508683424	Societária	70220	22.500.000	2.025.000	9,00%	2.025.000	2.025.000		
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.	507236335	Societária	36002	50.000	25.500	51,00%	25.500	25.500		Empresa Municipal

B. Participações em entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital Estatutário	Em N	Contribuição Formas da realização		Obs.
Denominação	N.I.P.C					Meios Monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AM	91333	1.816.056		4.756		Valor da Quota
APMCH - Associação Portuguesa dos Municipios com Centro Historico	502131047	AMFE	91333			549		Valor da Quota
ALSUD - Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL	507624645	Não Societária	85320	9.000		1.500		
CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	502971096	CIFG	84113	1.107.828		24.080		Valor da Quota

8.2.22 Dívidas de cobrança duvidosa

As cobranças duvidosas são lançadas na conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes e refletem a receita liquidada e não cobrada.

8.2.26 Contas de Ordem

Rubricas	Saldo da gerência anterior	Movimento Anual		Saldo p/gerência seguinte
		Devedor	Credor	
Unidade: €				
0932 Garantias e cauções de Tereceiros, Prestadas	2.262.735	534.969	0	2.797.704
09321 Prestadas por fornecedores c/c	420.828	45.005	0	465.833
09322 Prestadas por fornecedores de Imobilizado	1.728.685	489.964	0	2.218.649
09322 Prestadas por outros credores	113.223	0	0	113.223
0933 Garantias e cauções de Tereceiros, Devolvidas	0	0	452.238	-452.238
09331 Devolvidas a fornecedores de c/c	0	0	134.427	-134.427
09332 Devolvidas a fornecedores de imobilizado	0	0	225.588	-225.588
09333 Devolvidas a outros credores	0	0	92.223	-92.223
0934 Garantias e cauções de Terceiros, Accionadas	0	0	0	0
09341 Accionadas a fornecedores de c/c	0	0	0	0
09342 Accionadas a fornecedores de imobilizado	0	0	0	0
09343 Accionadas a outros credores	0	0	0	0
TOTAL de Garantias e Cauções	2.262.735	534.969	452.238	2.345.466
092 Recibos para Cobrança				
0921 À responsabilidade do tesoureiro	142.130	0	4.132	137.998
0922 À responsabilidade de outros agentes	18.420	0	0	18.420
TOTAL de Recibos para Cobrança	160.549	0	4.132	156.418
TOTAL	2.423.285	534.969	456.370	2.501.884

8.2.27 Provisões acumuladas

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291 Provisões para cobranças duvidosas	254.986	45.932	0	300.919
292 Provisões para riscos e encargos	0	955.175	282.827	672.347
39 Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49 Provisões para investimentos financeiros	74.157	0	0	74.157

8.2.28 Fundo Patrimonial

Na conta 51 – Património, são registados os fundos relativos à constituição do Município, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas. Tendo sofrido um ligeiro aumento de

€50.916 em conformidade com a avaliação efetuada.

A conta 59 – Resultados transitados, teve uma redução de €4.631.639, em virtude da incorporação do resultado transitado do ano anterior.

Unidade: €

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 Património	203.818.828	27.695	0	203.846.523
57 Reservas	8.688.262	1.695	0	8.689.957
571 Reservas legais	2.729.471	0	0	2.729.471
576 Doações	5.958.791	1.695	0	5.960.486
59 Resultados transitados	6.523.593	0	3.001.478	3.522.115

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Unidade: €

Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas
Existências iniciais	0	392.533
Compras	0	446.896
Regularização de existências	0	3.801
Existências finais	0	416.891
CUSTO DO EXERCÍCIO	0	426.339

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

Unidade: €

Código das Contas	Designação	Exercícios	
		2016	2015
Custos e perdas		2.142.727	2.200.486
681	Juros Suportados	149.988	121.438
688	Outros custos e perdas financeiros	5.643	5.455
Resultados Financeiros		1.987.096	2.073.593
Proveitos e ganhos		2.142.727	2.200.486
781	Juros obtidos	11.883	27.452
783	Rendimentos de imóveis	1.899.112	1.985.791
784	Rendimentos de particip. de capital	231.733	187.242

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Unidade: €

Código das Contas	Designação	Exercícios	
		2016	2015
Custos e perdas		787.672	452.114
691	Transf. de capital concedidas	69.018	315.722
693	Perdas em existências	1.046	2.255
694	Perdas em imobilizações	107.469	0
695	Multas e Penalidades	181.540	6.270
697	Correções anos anteriores	2.659.226	1.318.206
698	Outros custos e perdas extraordinários	0	31.454
Resultados Extraordinários		-2.230.627	-1.221.793
Proveitos e ganhos		787.672	452.114
793	Ganhos em existências	5.508	1.224
794	Ganhos em imobilizações	97.514	27.470
795	Benefícios de penalidades contratuais	58.494	85.345
796	Reduções de amort. e de provisões	282.827	4.464
797	Correções anos anteriores	196.134	184.406
798	Outros proveitos e ganhos extra.	147.195	149.204

5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do MUNICÍPIO DE TAVIRA, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 239.191.323 euros e um total de fundos próprios de 210.864.492 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.194.103 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 24.437.715 euros de despesa paga e um total de 38.005.005 euros de receita cobrada), do ano findo naquela data, e os Anexos às demonstrações financeiras constantes no ponto 4 do relatório de gestão que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria descrita no número 1 e quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos números 2 a 4 da secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do MUNICÍPIO DE TAVIRA em 31 de dezembro de 2016, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

- 1 As rubricas Imobilizados em Curso (domínio publico e imobilizações corpóreas) incluem obras concluídas, no ano e em anos anteriores e que já possuem auto de receção, no montante de 9.687.685 euros (14.885.023 euros no ano 2015). De acordo com o POCAL estas obras deveriam ter sido transferidas para o imobilizado corpóreo, não tendo sido possível quantificar as respetivas amortizações e os consequentes efeitos nos resultados.
- 2 Existe uma diferença entre as contas da Tavira Verde, E.M., S.A., e o saldo reclamado pelo fornecedor Águas do Algarve, S.A., de cerca de 3,3 milhões de euros, montante referente ao custo de consumos mínimos de efluentes, não tendo sido possível estimar ou prever o desfecho final do processo pelo que desconhecemos quais os valores que eventualmente a empresa Tavira Verde, E.M., S.A., possa vir a pagar às Águas do Algarve, S.A., e por conseguinte nos termos do disposto no artº 40º da Lei 50/2012 de 29 de agosto, quais os eventuais efeitos nas contas do Município de Tavira.
- 3 As contas das empresas municipais, Tavira Verde, E.M., S.A., e Empet, E.M. S.A., relativas ao exercício de 2016, ainda não estão elaboradas, nem aprovadas pelos respetivos órgãos de gestão, pelo que não podemos opinar sobre a necessidade de eventuais provisões.
- 4 A Empet, E.M., S.A., encontra-se enquadrada na alínea a) do nº 1 do artigo 62º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, não tendo havido ainda deliberação sobre as medidas a tomar (internalização nos serviços do Município ou dissolução), desconhecendo-se os eventuais efeitos que poderão advir para o Município.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Município nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASES

As infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de 3.807.000 euros (4.139.000 euros em 2015), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.

Os valores relativos ao exercício de 2015, são apresentadas para efeitos comparativos, em cumprimento do POCAL e as respetivas demonstrações financeiras foram revistas, tendo sido emitida a respetiva Certificação Legal das Contas em 12 de fevereiro de 2016 com quatro reservas semelhantes às constantes nos parágrafos 1 a 4 da secção Bases para a Opinião com Reservas.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando

exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Município descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Município, não identificámos incorreções materiais.

Linda-a-Pastora, 9 de fevereiro de 2017

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representado por:



José Martins Correia - ROC